



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
FACULDADE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FACE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA.**

**INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO CONCEITUAL EM ECONOMIA E FINANÇAS  
NO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE.**

Brasília (DF)

2020

SANDRO SALES PINTO

**INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO CONCEITUAL EM ECONOMIA E FINANÇAS  
NO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE.**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestrado em Gestão  
Econômica em Finanças Públicas na  
Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Antônio Nascimento Júnior

Brasília (DF)

2020

**INADIMPLÊNCIA: UM ESTUDO CONCEITUAL EM ECONOMIA E FINANÇAS  
NO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado apresentado à Universidade de Brasília – UnB, para obtenção do título de Mestre.

Data de aprovação

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior

---

Prof. Dr. Jose Carneiro da Cunha Oliveira Neto

---

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Junior

Dedico esse trabalho a Deus, que merece toda honra e toda glória, o qual me capacitou em tudo, e a quem devo tudo, pela sua graça, misericórdia e imenso amor por mim e por toda a humanidade, e que sem ele nada sou. Dedico a minha amada esposa Maria Auxiliadora N. L. Sales, pela sua paciência e por está sempre ao meu lado. A meu filho querido, Danilo Lima Sales. Minha mãe Girlene Sales e meu pai Francisco Nogueira, e os meus amados irmãos, Saulo, Silvânia e Saymon que me apoiaram em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores do curso de Mestrado na Universidade Brasília – UnB, em especial ao professor orientador Prof. Dr. Antônio Júnior, pela paciência e a disposição em me ajudar elaboração desta dissertação.

Agradeço também aos meus pais Francisco e Gírlene, que sempre se fez presente em minha vida, me incentivando com palavras de ânimos, principalmente ao minha esposa Maria Auxiliadora que foi a minha base para chegar onde cheguei, e a todos os meus familiares que me apoiaram.

E também aos meus amigos no curso em especial a Carla, Mara Rúbia e Julianderson, que estiveram comigo durante o período do Mestrado, e aos meus amigos e colegas de trabalho e Gestores do Coren Acre, que me apoiaram nesse período de Mestrado.

E por fim, agradeço a todos os meus irmãos em Cristo da Primeira Igreja Batista Regular de Rio Branco que estão sempre ao meu lado. À todos meus sinceros agradecimentos.

*“Agora pois já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus.”  
Romanos 8:1*

## **RESUMO**

O presente trabalho consiste no estudo da situação econômico e financeira do Conselho Regional de Enfermagem do Acre – COREN/AC no período de 2011 a 2018. A metodologia utilizada foi pautada em pesquisas bibliográficas e informações disponibilizadas na Internet e a obtenção de dados contábeis e de informações junto ao Conselho. O tema justifica-se pelo interesse acadêmico e por ser uma área a qual me identifiquei. No desenvolvimento do trabalho foi utilizado referencial teórico que aborda a análise econômica e financeira. O objetivo incide em apresentar uma análise sobre a inadimplência dos profissionais de enfermagem junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Acre, e uma análise na situação econômico e financeira, utilizando índices e informações específicas relativas às Demonstrações Contábeis dos anos de 2011 a 2018. Como resultado da análise, constatou-se que o Coren/Ac possui nível de inadimplência elevado, o que compromete a situação financeira da instituição. Portanto a proposta deste trabalho foi destacar a importância do Planejamento Financeiro e Estratégico dentro do processo de tomada de decisões na Instituição, com o objetivo de conduzi-la a prevenir e habituar-se ao futuro, a partir de parâmetros definidos pelo histórico de seu desempenho.

Palavras-chave: Finanças, Inadimplência, Índice Econômico e Financeiro, Coren/Ac.

## **ABSTRACT**

The present work consists of the study of the economic and financial situation of the Regional Nursing Council of Acre – (Conselho Regional de Enfermagem do Acre – COREN/AC) during the period of 2011 to 2018. A updated methodology was based in bibliography researches and information from the internet, accounting dice obtained and information gotten from the Council. The topic justifies itself from the academic interest and from being an area on which I identify myself. In the development of the work was used a theoretical referential that approaches an economic and financial analysis. The objective of this work is to present an analysis about the default of the nursing professionals to the Regional Nursing Council of Acre, and an analysis about the financial and economic situation, using indexes and specific information concerning a accounting demonstrations of the years of 2011 to 2018. As a result of the analyses, it verified that the Regional Nursing Council of Acre Coren/AC has a great level of default, which compromises the financial situations of the institution. Therefore, the purpose of this work was to highlight the importance of financial and strategic planning inside the process of decision making in the institution, with the goal of leading it to prevent and get used to the future, from the point of parameters defied by the historic of its performance.

Key-words: finances, default, economic and financial indices, Coren/AC

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
OBJETIVOS.....	12
Objetivo geral .....	12
Objetivos específicos .....	12
CAPÍTULO 1 - FINANÇAS .....	12
1.1 Função Financeira .....	12
1.2 A evolução da Função Financeira .....	14
1.3 As Demonstrações Financeiras .....	17
1.4 Análises Econômica e Financeira .....	17
CAPÍTULO 2 – INADIMPLÊNCIA.....	19
2.1.1 - Instituições Financeiras .....	19
2.1.2 - Políticas de Crédito .....	21
2.1.3 Determinantes da Inadimplência .....	23
2.2 - A Inadimplência no Conselho Regional de Enfermagem do Acre.....	25
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE NO PERÍODO 2011 A 2018.....	34
3.1 – Histórico do Conselho Regional de Enfermagem do Acre.....	34
3.1.1 – Criação do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.....	35
3.1.2 – Criação e Institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Acre .	36
3.2 - Análises Econômica e Financeira do COREN/AC.....	37
3.2.1 - Análise Financeira .....	38
3.2.2 Análise Econômica.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	51
ANEXOS.....	54

## INTRODUÇÃO

Um dos muitos tributos que o cidadão brasileiro paga, é para exercer a sua profissão, a chamada “Contribuição de Fiscalização Profissional”, onde essa contribuição social é destinada aos conselhos regionais de fiscalização profissional, recursos esses que se destinam ao custeio das atividades das instituições responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão.

Como fonte de recurso financeiro para manter o funcionamento do órgão e uma efetiva atuação na fiscalização do exercício profissional, as anuidades pagas pelos profissionais, como qualquer outro tributo, existe a inadimplência. O desemprego é o principal causador da inadimplência no país e não seria diferente com os profissionais de enfermagem, sendo um dos indicadores que contribui para a inadimplência neste Conselho. Essa inadimplência afeta de uma forma significativa à situação econômica e financeira do Conselho Regional de Enfermagem do Acre.

A administração financeira dos órgãos públicos baseia-se na Lei nº. 4.320/64 instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios. A Lei Complementar nº. 101/2000 estabelece normas de finanças públicas direcionada para a responsabilidade na gestão fiscal.

As anuidades destinadas ao Conselho Regional de Enfermagem do Acre – Coren Acre, por se tratar de uma Autarquia Federal, resultam em tributo Federal, sendo a sua cobrança um dever do gestor público, que se não executada poderá responder por improbidade administrativa.

O presente trabalho visa fazer uma análise sobre a inadimplência dos profissionais de enfermagem junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Acre, no período de 2011 a 2018. E a partir da mensuração e análise de quocientes específicos relativos às Demonstrações Contábeis, conhecer a real situação econômica e financeira como também a inadimplência dos associados junto ao Conselho.

## JUSTIFICATIVA

O Conselho Regional de Enfermagem do Acre, como uma autarquia criada pela União, não possui qualquer subordinação ou vinculação junto a União e possui como fonte única de receita, a arrecadação dos tributos oriundos das anuidades de seus associados. Tal receita se destina aos custeios das atividades desta entidade, a principal delas a fiscalização.

Para que se tenha uma eficiência na fiscalização, é necessário a estruturação de uma equipe qualificada de funcionários, tanto na parte administrativa quanto no quadro de enfermeiros-fiscais, além de uma estrutura física adequada para tal serviço público que o Conselho atua.

Em uma instituição, o setor financeiro, tem grande importância no seu desenvolvimento. O departamento financeiro, especificamente a área de contas a receber, é responsável por assegurar o processo de arrecadação efetiva. Dessa forma, é indispensável um efetivo planejamento e estratégias para que a arrecadação tenha resultado satisfatório.

Assim sendo, o departamento de contas a receber na função de cobrança é um termômetro da qualidade de recuperação da receita, por isso é imprescindível sua estruturação para oferecer segurança e eficácia ao processo como todo.

A área financeira de uma instituição tem grande importância no desenvolvimento da organização.

As Instituições Públicas enfrentam atualmente dificuldades, ao que se refere à administração do orçamento em suas gestões, onde maior parte da demanda de despesas, entra em contradição com uma quantidade cada vez menor de receitas. Sendo assim este estudo torna-se relevante, por buscar demonstrar a importância da análise econômica e financeira do Conselho Regional do Acre para a tomada de decisões, permitindo a elaboração de diagnósticos, para o aprimoramento do controle financeiro e estabelecendo metas futuras de gerenciamento.

## **OBJETIVOS**

### *Objetivo geral*

O objetivo deste estudo é apresentar uma análise sobre a inadimplência dos profissionais de enfermagem junto ao Conselho Regional de Enfermagem do Acre, e uma análise na situação econômico e financeira, utilizando índices e informações específicas relativas às Demonstrações Contábeis dos anos de 2011 a 2018.

### *Objetivos específicos*

- Analisar o perfil dos inadimplentes para prevenção, controle e cobrança da inadimplência.
- Analisar a estabilidade financeira do Conselho a partir de indicadores econômicos e financeiros e quocientes específicos relativos às Demonstrações Contábeis;

**Problema de Pesquisa:** Identificar se a estrutura econômica e financeira do Coren/Acre esta alinhada a demandas estratégicas futuras.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A seguir, serão apresentados teorias e estudos realizados para compor o embasamento teórico da pesquisa. Foram expostos os principais conceitos, sendo apresentada a revisão bibliográfica consultada em livros, artigos acadêmicos e demais materiais relacionados ao assunto abordado.

## **CAPÍTULO 1 - FINANÇAS**

### ***1.1 Função Financeira***

Segundo com Gitmam (2004) a análise econômica e financeira de uma empresa ou instituição sucede em conjunto de técnicas que visam o estudo dessa análise, sendo através das demonstrações financeiras e demais informações contábeis. Seu principal objetivo é proporcionar informações úteis que servirão de base à tomada de decisões, que amparam o gestor no andamento de ações e metas que compõem o planejamento estratégico da instituição, que serão relevantes para estabilidade e sustentabilidade econômica da Autarquia.

De acordo com Nabais (2004), a análise econômica e financeira é “a responsável pelo estudo da situação econômica (estrutura de ativos, composição da conta de resultados, análise da eficiência econômica, rentabilidade e risco econômico) e da estrutura financeira”. É responsável também pela apreciação crítica da função financeira, nomeadamente determinar o montante do valor criado para os acionistas numa análise histórica e, também, provisional e, ainda, explicar a situação que originou ou não a criação de valor da empresa de forma a aferir da sua capacidade competitiva e servir de base à formulação de uma estratégia futura.

A função financeira é responsável pela elaboração, desempenho, avaliação e controle das decisões financeiras numa organização. Procurando sempre analisar e interpretar a situação da empresa ou instituição e decidir como aplicar os recursos que tem a sua disposição. Assim, a função financeira pode ser considerada uma das funções básicas

de qualquer organização, a ser gerenciada pelo gestor financeiro, assim tendo um papel primordial, na medida em que ajuda o gestor a administrar os recursos financeiros.

Na perspectiva financeira, toda e qualquer atividade desenvolvida numa organização, seja ela privada ou pública, tem sua origem nos fluxos de entradas e saídas de recursos, sendo assim, a principal motivação pela garantia do permanente equilíbrio entre aqueles fluxos ao longo da atividade da organização. Deste modo, administrar os fluxos financeiros, ou garantir liquidez, são tarefas que criam grandes tensões devido ao amplo envolvimento e conhecimento das dificuldades e à ciência clara das implicações e consequências das medidas e atitudes com incidência sobre as disponibilidades da organização.

Segundo Das Neves (2009) a teoria financeira é

[...] uma aplicação macroeconômica da empresa, cujo objetivo global é a maximização do valor da empresa. Este conceito não é mais do que o valor atual dos fluxos que futuramente a empresa poderá vir a conferir aos seus titulares. A satisfação deste objetivo, leva ao realizado de estudo aprofundado da repercussão das decisões financeiras na empresa em duas vertentes distintas e complementares: a rentabilidade e o risco. A rentabilidade traduz a capacidade de uma empresa para gerar lucros, ou melhor, a aptidão para gerar uma série de fluxos de caixa com saldo positivo. O risco reflete a variabilidade desses lucros ou fluxos. (DAS NEVES, 2009)

Do ponto de vista funcional, acrescenta o autor, a função financeira reagrupa todas as atividades: atividades de planejamento, de gestão e de controle dos recursos e os fluxos econômicos e financeiros, em concordância com os objetivos das empresas respectivas. Salaria que, inicialmente a função financeira identificava-se com a tesouraria, ou seja, a gestão dos recebimentos e pagamentos decorrentes das demais atividades da empresa. As suas preocupações incidiam então na manutenção de um nível de disponibilidades tal que garantisse o normal funcionamento da empresa, procurando cobrar com rapidez e graduando os pagamentos aos fornecedores e outros credores. Tratava-se de efetuar uma gestão de disponibilidades, ou o que hoje se designa de gestão de tesouraria. Segundo o autor, as tarefas de uma gestão financeira podem ser definidas da seguinte maneira:

A política de financiamento, que visa assegurar a disponibilidade dos fundos necessários à empresa, em consonância com a sua política de investimento e desenvolvimento futuro. A política de distribuição de resultados, que procura garantir retorno aos detentores do capital, ponderando a constituição das reservas

necessárias ao desenvolvimento da empresa, bem como o enquadramento legal e fiscal de ambos. (DAS NEVES, 2009).

A decisão operacional tem como base no orçamento de tesouraria, documento que representa em recebimentos e pagamentos provisionais o orçamento global da empresa, procurando o seu equilíbrio numa perspectiva de curto prazo. Para Das Neves (2009), estas tarefas incidem sobre:

A gestão do ativo circulante, que para além da referida gestão de disponibilidades, compreende também a gestão de políticas da empresa com impacto no crédito concedido a clientes, nível de existências e aplicação de excedentes de tesouraria. A gestão de débitos de curto prazo, créditos de fornecedores e demais credores, para além da cobertura de défice de tesouraria. (Das Neves, 2009).

Segundo Almeida (2009), as demonstrações financeiras, representam estrutura da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade, tendo o objetivo de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma empresa ou instituição que seja favorável os agentes na tomada de decisões.

Ainda na função financeira, Assaf Neto (2003), afirma que:

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, em consequência, sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras.

## ***1.2 A evolução da Função Financeira***

Segundo Nabais (2004), a função financeira tem como principais tarefas efetuar os recebimentos e os pagamentos decorrentes da realização da atividade da empresa e a manutenção de um saldo de disponibilidades que permitisse o normal funcionamento. Neves (2009) acrescenta que, as preocupações da função financeira consistiam na manutenção de um saldo de disponibilidade que lhe permitisse assegurar o normal

funcionamento da empresa, na rapidez e segurança da cobrança das dívidas dos clientes e finalmente, no escalonamento e adequação da liquidação dos débitos aos fornecedores.

As demonstrações financeiras precisam mostrar-se de forma apropriada a posição financeira, a atuação financeira e os fluxos de caixa de uma Instituição ou empresa (SILVA 2011). A adequada aplicação das Normas Internacionais de contabilidade, com publicação complementar quando necessária, resulta em, potencialmente, todas as situações, em demonstrações financeiras que chegam a uma exposição apropriada.

Segundo Almeida (2009), os pressupostos subjacentes das demonstrações financeiras são os seguintes:

- *Regime de acréscimo*

Com intuito de atenderem as suas finalidades, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico de acréscimo. As demonstrações financeiras preparadas de acordo com o regime de acréscimo informam os usuários não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro;

- *Continuidade*

As demonstrações financeiras são normalmente organizadas na hipótese de que uma entidade é uma entidade em continuidade de que continuará a atuar no futuro previsível.

### *Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras*

Segundo Silva (2011), a estrutura conceitual define características qualitativas para as demonstrações financeiras:

- *Compreensibilidade*

As informações nas demonstrações financeiras precisam ser claras e compreensíveis pelo usuário apresentando informações relevantes para a tomada de decisão.

- *Relevância*

As informações devem ter a capacidade de influenciar em decisões econômicas ajudando o usuário a avaliar eventos passados, presentes ou futuros ou ratificar ou retificar avaliações passadas.

- *Materialidade*

As informações consideradas material, e a sua omissão ou inexatidão influenciam decisões econômicas futuras.

- *Fiabilidade*

As informações devem ser confiáveis e estar isenta de erros materiais e preconceitos.

- *Representação fidedigna*

As informações devem ser fieis as transações e outros acontecimentos. Se apresentar incerteza na mensuração, entidade geralmente não reconhece.

- *Substância sobre a forma*

A entidade deve atender na contabilização à substância e realidade econômica da operação e não simplesmente a forma legal.

- *Neutralidade*

As informações devem ser neutra, assim sendo livre de preconceitos.

- *Prudência*

As informações devem apresentar um grau de cuidado no estágio de descrições necessário ao fazer avaliações em condições de incerteza.

- *Plenitude*

As informações devem estar em seu estado pleno dentro dos limites de materialidade e custo.

- *Comparabilidade*

As informações devem ser comparáveis em certo período de tempo, assim identificando tendências na posição financeira e no desempenho, como também, admitir comparar diferentes entidades.

### ***1.3 As Demonstrações Financeiras***

Conforme Almeida (2009), as demonstrações financeiras são comumente descritas como mostrando uma ideia verdadeira da posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade. Constituem demonstrações financeiras:

- balanço;
- demonstração dos resultados;
- demonstração das alterações no capital próprio;
- demonstração dos fluxos de caixa;

Segundo o mesmo, as demonstrações financeiras devem ser identificadas e assinaladas de outra informação no mesmo documento publicado. E ainda devem apresentar a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação adequada exige a representação legítima das finalidades das transações.

### ***1.4 Análises Econômica e Financeira***

Com base em Das Neves (2009) constitui análise econômica e financeira toda avaliação da rentabilidade e lucratividade do desempenho da empresa ou instituição, assim analisando através de índices que indicam como a empresa ou instituição vem utilizando ou investindo seu recurso. Ao se trabalhar com análise de rentabilidade, é preciso que a verificação dos lucros esteja relacionada com valores que possam demonstrar a extensão do lucro dentro da atividade da empresa, evidenciando o acréscimo adicional no resultante sobre o recurso investido que retorna em certo período de tempo. Das Neves (2009) ressalta ainda que a análise financeira “é um método baseado em um conjunto de técnicas que tem a finalidade de aferir e explicar a situação econômico-financeira da Instituição”. Esta avaliação e interpretação centralizam em volta das questões fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da instituição ou empresa, tais como:

- *O equilíbrio financeiro;*
- *A rentabilidade dos capitais;*
- *O crescimento;*

- *O risco;*
- *O valor criado pela gestão.*

De acordo com Nabais (2004), a análise econômica e financeira é “a responsável pelo estudo da situação econômica (estrutura de ativos, composição da conta de resultados, análise da eficiência econômica, rentabilidade e risco econômico) e da estrutura financeira”. É responsável também pela apreciação crítica da função financeira, nomeadamente determinar o montante do valor criado para os acionistas numa análise histórica e, também, provisional e, ainda, explicar a situação que originou ou não a criação de valor da empresa de forma a aferir da sua capacidade competitiva e servir de base à formulação de uma estratégia futura. A análise econômica e financeira é um processo que tem por finalidade avaliar a situação patrimonial da empresa ou instituição no tempo e no espaço, e utilizando de conjunto de técnicas que se baseiam na atividade extra contabilística e nos documentos contábeis que resumem um conjunto amplo de informações econômico-financeiras.

Em síntese, pode-se dizer que através de conceitos básicos acerca da análise econômico e financeira de empresas ou instituições, nos permite uma melhor compreensão acerca de diferentes aspectos, a situação da empresa ou da instituição quanto aos fatores internos e externos e a grande influência dessa análise para a tomada de decisão.

## **CAPÍTULO 2 – INADIMPLÊNCIA.**

### ***2.1.1 - Instituições Financeiras***

A posição do sistema financeiro no âmbito econômico de um país tem como principal função, a relação com a eficiência da capacidade de alocação dos recursos entre os agentes econômicos. De acordo com Mishkin (2007), a existência do mercado de crédito, em termos macroeconômicos, adequa um maior nível de Produto, criando uma maior demanda agregada por aquisição de bens.

Desta forma o mercado financeiro conduz a realocação de recursos, por meio da concessão de crédito por intermédio das instituições financeiras. Carvalho (2002).

As Instituições financeiras são organizações estruturadas e coordenadas, previstas em lei ou regulamentadas, com o intuito de fornecer meios para financiar a obtenção de bens e serviços, como também outras atividades próprias à vida econômica, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, tanto de direito público e privado.

Desta forma, a atividade própria de instituição financeira é a coleta, a aplicação ou a intermediação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Essas Instituições, ao conceder financiamentos de forma direta ou indiretamente, tendem a obtenção de lucro, que nesse caso seria os juros, frente ao financiado ou a terceiro. Lembrando-se da importância do Estado na regulamentação do mercado de financiamentos diante das diversas irregularidades que essas Instituições venham a cometer.

Segundo Washington de Barros Monteiro (1972):

"Juros são o rendimento do capital, os frutos produzidos pelo dinheiro. Assim como o aluguel constitui o preço correspondente ao uso da coisa no contrato de locação, representam os juros a renda de determinado capital" (Monteiro, 1972).

Em sua essência, os juros significam uma renda lícita, a sua cobrança em um empréstimo ou financiamento, a priori não geraria um lucro, mas apenas em uma justa remuneração em benefício do financiador. No entanto, a legislação fixar um limite ao montante de juros, por meio do art. 1º do Decreto n. 22.626/33:

art. 1º do Decreto n. 22.626/33 especifica  
"É vedado, e será punido nos termos desta Lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal."

Atualmente, as instituições financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, são de acordo com a Lei n. 4.595/64 (art. 17 c/c art. 18, §1º): os estabelecimentos bancários oficiais e privados (bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos com carteira comercial); as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras); as caixas econômicas; as cooperativas de crédito e cooperativas que possuem seção de crédito.

O art. 17 da Lei 4.595/64 especifica:

"Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. (A custódia aqui não é elemento obrigatório, mas eventual, ocorrendo somente quando há garantia ao empréstimo)

"Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou habitual."

Vemos no art. 18, em seu caput e § 1º, onde esclarece de forma conclusiva: "As instituições financeiras somente poderão funcionar no País mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras."

§ 1º - Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimento, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina desta Lei, no que for aplicável às bolsas de valores, às companhias de seguros e de capitalização, às sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e às pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras. (grifos nossos).

Podemos aqui deixar claro que o Banco Central do Brasil Central não tem como função desempenhar atividades financeiras, desta forma não pode ser visto como instituição financeira, porque não há disposição legal. Sua função é zelar pelo bom andamento e probidade do Sistema Financeiro Nacional e das demais entidades submetidas à Lei Bancária. Forma esta Autarquia Federal, mantém atos governamentais ordenados e designados ao implemento dos papéis de fiscalização, supervisão e zelo.

### ***2.1.2 - Políticas de Crédito***

As instituições financeiras, ao exercer sua função de intermediadores financeiros, recebem os depósitos ou aplicações dos agentes econômicos e os colocam no mercado de crédito com o propósito de se assegurar da garantia de que os valores regressarão nas datas estipuladas e nas condições acordadas, atuando sempre com um grau de previsão, entretanto nunca com total certeza.

Conforme ASSAF NETO (2010), o crédito é uma troca de ativos, onde uma determinada empresa ou instituição financeira troca os produtos em estoque pelo direito de ganhar posteriormente à remuneração em função desta venda. Desta forma as empresas assume o risco que está associado à possibilidade do pagamento se realizar ou não.

A formação do mercado de crédito ocorre quando o crédito não é pago e é visto de forma desacreditada, sendo necessária uma harmonização de interesses. O tomador há de cuidar para elevar ao máximo sua satisfação, sem sujeitar-se a estresses gerados pela absorção excessiva de créditos. O credor deve buscar se prevenir quanto à possibilidade do não pagamento por parte do tomador, ou seja, da inadimplência, falência entre diversos conceitos de não pagamento de obrigações.

Com o intuito de garantir o rendimento em negócios com certa segurança, as instituições financeiras deliberam métodos que dirigem o processo de decisão sobre a alocação desses depósitos no mercado, assim instituem aspectos proeminentes na definição de uma política de crédito, como a administração do crédito, a administração da carteira de ativos, os critérios de riscos, os limites de crédito, as garantias dos empréstimos, assim como a sua estrutura e documentação.

Em uma política de crédito bem estruturada, deve estabelecer os seguintes aspectos:

- Quem decide quem pode receber crédito;
- Quem decide os limites de crédito;
- Que fatores controlam a decisão inicial de crédito;
- Que fatores determinam um limite de crédito;
- Quais devem ser as condições de cada tipo de crédito;
- Como deve ser precificado o crédito;

- Como deve lidar com a situação de inadimplência.

As linhas de créditos que as instituições financeiras oferecem, podem ser concedidas em modalidades distintas, tanto para Pessoas Físicas quanto para Pessoas Jurídicas. Na primeira, o crédito é conduzido ao consumidor final, portanto aos indivíduos e famílias. O crédito em si, permite usufruir forma mais rápida os bens e serviços, e empregado de forma equilibrada, contribuirá de forma social na economia de um país.

O crédito comercial é destinado às Pessoas Jurídicas, que abrange em três formas: Crédito para cobertura de liquidez que são operações caracterizadas pelo seu curto prazo. Temos o Crédito para operações comerciais, voltado para o financiamento das ações periódicas das empresas, voltadas para o suprimento de capital de giro. E por fim temos o Crédito para investimento, voltado para o financiamento de ativos fixos e para a necessidade permanente de capital de giro.

Nesse contexto podemos citar o Crédito Rural, que pode ser para o Custeio, que são destinadas para operações voltadas ao capital de giro do agricultor; podem ser para Investimento, que são operações investidas no setor agrícola, e o Crédito para a Comercialização, que através de Empréstimos do Governo Federal, destinam para Estocagem e as Cédulas de Produto Rural, para produtos colhidos.

O Tesouro Nacional que promove os recursos para o crédito rural, onde partes desses recursos se derivam de percentual compulsório sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais e outra parte de um percentual sobre os depósitos em caderneta de poupança no Banco do Brasil.

Para conceder linhas de créditos, as Instituições Financeiras se atem a análise de crédito, que é um procedimento que tem por objetivo prever a disposição e a pretensão de um devedor em pagar suas dívidas no momento em que se tornem exigíveis.

A análise de crédito consiste em fazer previsões sobre o futuro de eventos não preditos e de todo imprevistos, mas um grande número desses acontecimentos é passível de possíveis predições, desta forma se mantém em nível conhecido ou apresentam taxas de aumento ou de declínio previsíveis. Assim permite-se realizar estimativas e previsões como base para o processo de decisão de crédito.

A qualidade da análise de crédito depende em meio a diversos fatores, dos conhecimentos e habilidades peculiares a serem aplicadas nas rotinas de trabalho e da suficiência, retidão e consistência das informações sobre o cliente analisado.

### ***2.1.3 Determinantes da Inadimplência***

Segundo SANTOS e FAMÁ (2006), é considerada inadimplente a pessoa que não possui condições suficientes para honrar com suas dívidas até a data estipulada para o pagamento. Quando o valor da renda do indivíduo não for o suficiente para saldar as prestações do empréstimo, atribui-se uma maior probabilidade de inadimplência.

Com a inadimplência, as famílias tendem a diminuir a sua reputação de bons pagadores e a disposição de utilizar crédito em ocasiões futuras. (OLIVEIRA; CORONATO, 2016).

Conforme Andrade (2008) ocorre à inadimplência devida aos constantes choques que o consumidor sofre em sua renda e esses definem os limites orçamentários do consumidor fazendo com se perca o controle e seja promissor a ser inadimplente.

De acordo com Teixeira & Silva, (2001) as principais causas para a inadimplência estão no esquecimento do compromisso do devedor, por fatos inesperados como questões socioeconômicas, por atrasos propositais ou por devedores com dificuldades financeiras.

Alves (2007) relata que a ausência de educação financeira, tendo como base a falta de planejamento, é causa do problema das pessoas em relação à inadimplência. Atualmente para que tenha controle financeiro é necessário elaboração de um bom orçamento, no entanto, é indispensável que tenha uma boa estratégia para desviar das ocasiões difíceis e evitando o consumismo indisciplinado da população.

Com intuito de aumentar a sua satisfação, o indivíduo tende a maximizar sua função de consumo, mas em compensação, se sujeita a uma restrição orçamentaria. Se o indivíduo possuir alguma disposição a poupar, desta forma ele repartirá a renda líquida disponível entre poupar e consumir. Se ele possui maior propensão a consumir, assim poupará menos e maior sua possibilidade de endividamento.

De acordo com Domingos (2011), a questão do endividamento, estar no o fato que muitas pessoas o enxergam de forma equivocada o enfrentam de forma ineficiente,

acreditando que não encontrarão uma saída para a situação, se não disporem da quantia suficiente para pagar a dívida. Sendo através da educação financeira que os indivíduos desenvolvem capacidades para gerenciar de forma consciente e eficaz as suas finanças (Steiger e Braido, 2016).

De acordo com Faria (2006), há dois tipos de endividamentos: endividamento passivo e endividamento ativo. O mesmo autor ressalta que o endividamento passivo ocorre quando existe um aumento de dívidas devido alguma situação imprevista, podendo ser doença, morte, acidente, desemprego ou separação. Logo o endividamento ativo é caracterizado por acúmulo de dívidas, sendo a maioria por uma má administração financeira, e são pessoas que estão sempre endividados, independente de sua renda financeira ou familiar.

O endividamento excessivo é uma imagem da sociedade de consumo e caracteriza-se como um problema de ordem social e não individual, que afeta consumidores e fornecedores (Trindade, 2012).

Gitman (2002), diz que a má gestão dos acordos de crédito é uma das principais causas da inadimplência, onde mais de 50% de todos os casos é ocasionada por essa má administração, fazendo que haja uma expansão demasiada de fornecimento de crédito, com medidas financeiras impróprias, com poucos parâmetros de prevenção ao risco com elevados custos de produção.

Sobre as causas que induzem a inadimplência, Blatt nos diz,

“Várias são as causas que levam à inadimplência, entre elas: a agressividade na concessão ou, até mesmo, a distribuição de crédito; os analistas se tornam mais negligentes na concessão de crédito, a política de créditos mal implementada ou mal monitorada; negligência na conferência e avaliação de documentos e garantias, pouco contato com o cliente, pouca certeza ou preocupação com a veracidade das informações fornecidas pelo cliente mediante ao cadastro; relutância em reconhecer uma análise de crédito mal feita como um problema efetivo; análise de crédito mal feita, concessão de crédito para clientes sem perfil compatível com a política de crédito do banco; tratamento de problemas ao longo prazo com soluções de curto prazo (Blatt, 1998)”.

Para Rocha (1997) o descuido dos concessionários de crédito ou dos analistas de crédito, são as causas mais frequentes de um crédito em inadimplência, pois os mesmos concedem crédito por alguma forma de pressão, seja por clientes que cobram sempre, e

muitas vezes fecham negócios conhecendo pouco dos mesmos. Outro erro seria a falta de uma política de crédito bem situada, alinhada e divulgada.

Caouette (1998) relata três causas de inadimplência de forma geral: pressão pela competitividade dos financiadores, regulamentação inadequada e preocupação demasiada dos bancos no relacionamento com seus clientes. Muitos colaboradores dessas instituições, para alcançarem o resultado esperado pela instituição, acabam arriscando além do que as políticas de crédito admitem para conseguirem os objetivos almejados pela instituição.

A inadimplência tem um papel decisivo nas decisões de crédito das instituições financeiras, pois todas elas buscam emprestar com a finalidade de receber com acréscimos de juros ou lucros financeiros, e quando sucede à inadimplência, ao invés de lucrarem, acabam levando prejuízos, o que não é o objetivo de qualquer das mesmas.

Segundo Santos (2015), nos últimos anos, algumas razões contribuíram para o crescimento da inadimplência no Brasil e podemos destacar o descontrole no orçamento das famílias, o consumismo desenfreado assim causando o endividamento, fácil obtenção de crédito bancário e comercial sem uma análise de risco de crédito, que muita das vezes não condiz com a condição financeira dos tomadores de crédito.

De acordo com Souza (2016), o mesmo nos relata que a inadimplência das pessoas físicas no Brasil no período entre 2003 a 2015, estão ligadas a taxa de desemprego, a renda, o PIB (Produto Interno Bruto), saldo de títulos públicos e o índice inflacionário. Desta forma, as variáveis de ordem econômica, como emprego e renda, são consideradas relevantes no impacto à inadimplência das pessoas físicas, no entanto o comportamento dos indivíduos, fazem com que os mesmos não honrem com suas dívidas em dia, como a falta de planejamento financeiro, sendo um desses comportamentos.

Quando há a adimplência, que consiste na realização do pagamento de dívidas apresenta um papel social muito importante, permitindo assim o retorno do capital ao mercado, portanto gerando emprego e permite uma política de crédito mais flexível com maior limite de contratação.

## ***2.2 - A Inadimplência no Conselho Regional de Enfermagem do Acre.***

A Instituição na qual incide o presente trabalho é o Conselho Regional de Enfermagem do Acre – COREN/AC, uma Autarquia Federal que tem o objetivo de

fiscalizar a atuação dos profissionais de enfermagem no estado. O Conselho Regional de Enfermagem do Acre é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública.

O COREN/AC por não possuir qualquer subordinação ou vinculação com a União tem como receita a arrecadação dos tributos pagos procedentes das anuidades de seus associados e outras taxas, e por fazer parte da Administração Pública Indireta, portanto por ser autônoma, possui patrimônio e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos diretores, nomeados pelos os próprios associados através de pleito eleitoral.

A natureza tributária das anuidades devidas aos conselhos profissionais, que nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei nº 5.905/73 constitui a receita preponderante dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. Desta forma, as anuidades destinadas ao Conselho Regional de Enfermagem do Acre, por se tratar de uma Autarquia Federal, resultam em tributo Federal, sendo a sua cobrança um dever do gestor público, que se não executada poderá responder por improbidade administrativa.

Como fonte de recurso financeiro para manter o funcionamento do órgão e uma efetiva atuação na fiscalização do exercício profissional, as anuidades pagas pelos profissionais, como qualquer outro tributo, possui um alto índice de inadimplência. Essa inadimplência afeta de uma forma significativa à situação econômica e financeira do Conselho Regional de Enfermagem do Acre.

Para atender ao objetivo proposto, será realizada análise em relatórios contábeis e financeiros do COREN/AC, com referência aos exercícios de 2011 a 2018, fornecido pelo departamento de Contabilidade do Conselho. Também foi solicitado ao Departamento de Tecnologia e Informação (DTI), através do sistema de inscrição e cadastro do Conselho, denominado INCORP, informações dos profissionais inscritos no COREN/ACRE, sendo o número de inscritos por categoria e os número de inadimplentes dos profissionais por categoria, faixa etária, sexo e estado civil nos anos de 2011 a 2018, conforme as tabelas e gráficos apresentados a seguir.

**Tabela 01 – Número de Inscritos no COREN ACRE e percentual de variação do número de inscritos – 2011 a 2018**

<b>Categoria</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>
Enfermeiro	818	36,6	1.117	27,7	1.426	13,4	1.617	11,1	1.796	12,3	2.016	14,1	2.300	11,7	2.568
Tec. Enfermagem	2.005	40,8	2.823	17,8	3.325	11,6	3.710	10,9	4.114	6,32	4.374	10,2	4.820	5,73	5.096
Aux. de Enfermagem	611	6,38	650	3,38	672	2,23	687	1,02	694	2,31	710	1,83	723	0,55	727
<b>TOTAL</b>	<b>3.434</b>	<b>33,66</b>	<b>4.590</b>	<b>18,15</b>	<b>5.423</b>	<b>10,90</b>	<b>6.014</b>	<b>9,81</b>	<b>6.604</b>	<b>7,51</b>	<b>7.100</b>	<b>10,36</b>	<b>7.843</b>	<b>6,99</b>	<b>8.391</b>

Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

**Tabela 02 – Número de Inadimplentes no COREN ACRE - 2011 a 2018**

<b>Categoria</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Enfermeiro	489	625	693	1080	1305	1468	1515	1640
Tec. Enfermagem	1132	1434	1666	2700	3174	3605	3691	3866
Aux. de Enfermagem	481	462	478	523	537	548	552	538
<b>TOTAL</b>	<b>2102</b>	<b>2521</b>	<b>2837</b>	<b>4703</b>	<b>5416</b>	<b>6021</b>	<b>6158</b>	<b>6444</b>

Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

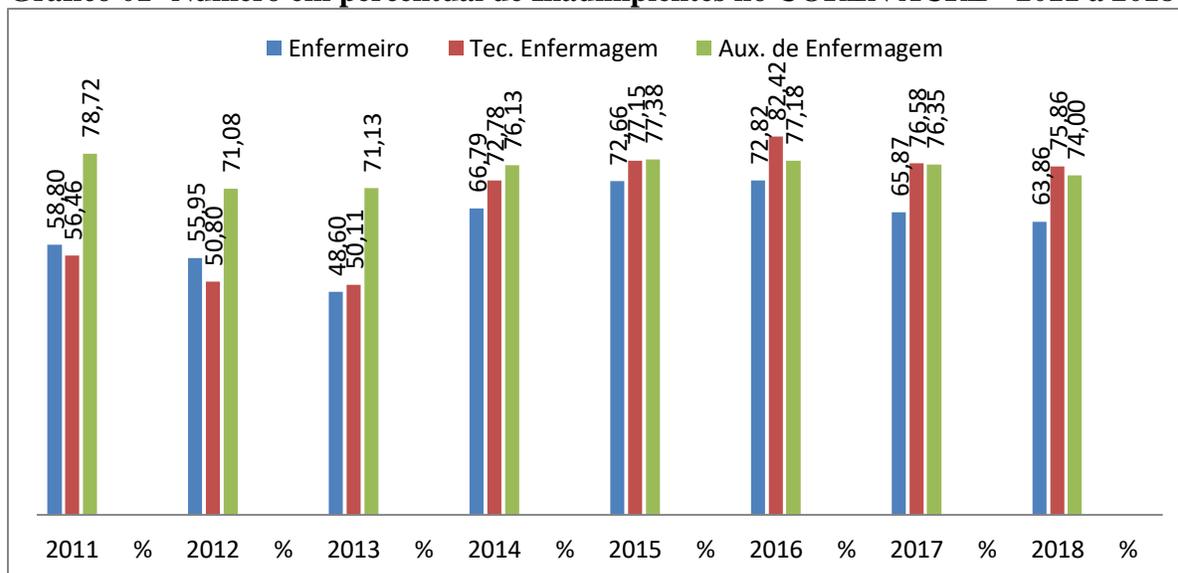
**Tabela 03 – Número em percentual de Inadimplentes no COREN ACRE - 2011 a 2018**

<b>Categoria</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Enfermeiro	58,80		55,95		48,60		66,79		72,66		72,82		65,87		63,86	
Tec. Enfermagem	56,46		50,80		50,11		72,78		77,15		82,42		76,58		75,86	
Aux. de Enfermagem	78,72		71,08		71,13		76,13		77,38		77,18		76,35		74,00	

Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

Para melhor visualização e entendimento, temos abaixo a apresentação em forma de gráfico do percentual dos inadimplentes do Conselho, separado por categorias.

**Gráfico 01- Número em percentual de Inadimplentes no COREN ACRE - 2011 a 2018**



Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

De acordo com as tabelas 01 e 02, percebe-se que houve um crescimento no número de inscritos em cada ano, no entanto o grau de inadimplência também teve um aumento considerável. Pode-se destacar o crescimento bastante acentuado no número de inscritos entre os anos de 2011 e 2012, no total de 3.434 e 4590 respectivamente, um crescimento de 33,66%, sendo que na categoria de Técnico de Enfermagem teve o maior aumento, que foi de 40,80%. Na categoria de Enfermeiro o aumento de inscritos nesse período foi de 36,6% e os inscritos de Auxiliares de Enfermagem, foi o percentual mais baixo em consideração as outras categorias, sendo somente de 6,38%.

Pode-se ainda observar que após o ano de 2012, o número de inscritos continuou crescendo, mas de forma decrescente especificamente enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Destaca-se a categoria de Auxiliares de Enfermagem, que teve menor percentual de aumento de inscritos devido à extinção do curso de formação nesta área e mudança de categoria.

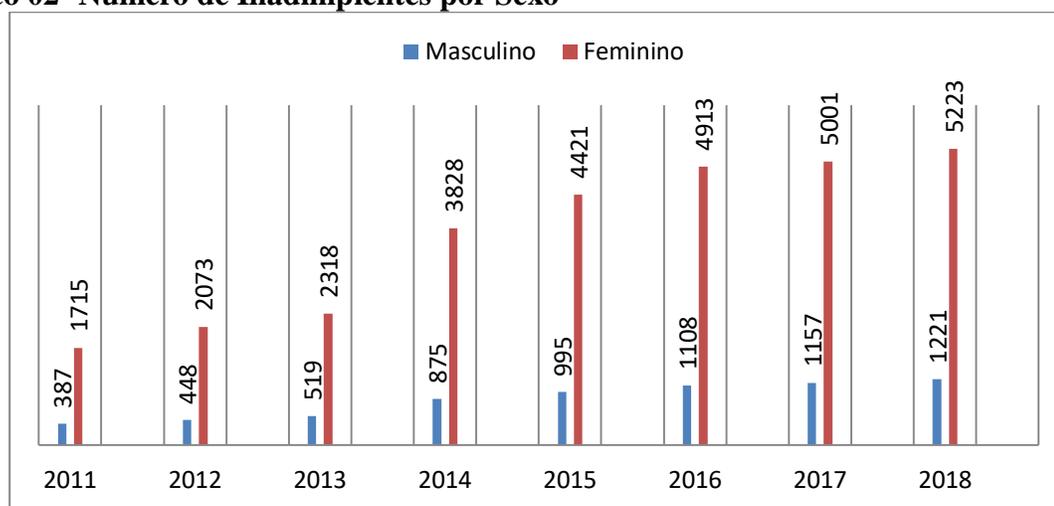
A tabela 02 nos mostra o número de inadimplentes por categoria no período de 2011 a 2018. Podemos observar que o número de inadimplentes é bem amplo em observância ao número de inscritos por categoria.

A tabela 03, como também no gráfico 01, apresenta em percentual, o grau de inadimplência por categoria no período em estudo, assim podemos observar que a inadimplência, em todas as categorias, ultrapassa os 50% dos inscritos, destacando a categoria de Técnicos em Enfermagem que em 2016 apresentou 82,42% dos inscritos estão inadimplentes.

Para fins de classificação dos dados, foi possível identificar algumas características dos profissionais de enfermagem inadimplentes. Com esse levantamento foi possível identificar o perfil desses profissionais.

No que se refere ao gênero do profissional de enfermagem, o Conselho tem apresentado um maior nível de inadimplência nos associados do sexo feminino em relação ao sexo masculino. No gráfico a seguir podemos observar o número de inadimplentes separados por sexo.

**Gráfico 02- Número de Inadimplentes por Sexo**

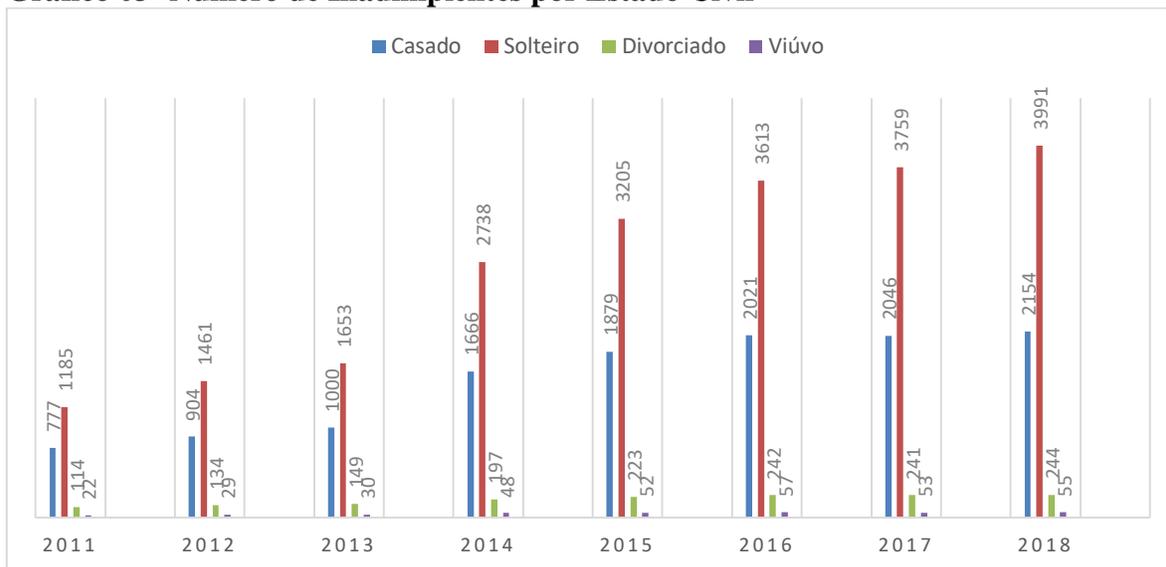


Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

De acordo com o gráfico 02, percebemos que as mulheres inscritas no Conselho, são que menos pagam suas anuidades em relação aos homens, e que a diferença entre eles é bem considerável. No ano de 2014 a diferença é de 2.953 mulheres a mais que homens e no ano de 2017 são 3.844 mulheres acima no número de homens nesse período. Observar-se que o número de inadimplentes do sexo feminino ultrapassa mais da metade do total de inadimplentes de cada ano. No entanto devemos levar em conta que o número de inscritos

de profissionais de ambos os sexos não são iguais, onde temos maior ingresso de profissionais de enfermagem do sexo feminino na sociedade do que sexo masculino, assim as mulheres têm maior participação nos índices de inadimplências registradas no Conselho.

**Gráfico 03- Número de Inadimplentes por Estado Civil**



Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

No gráfico 03 nos mostra a inadimplência classificada por estado civil e para fins da classificação dessa característica, foram consideradas quatro opções: casado (a), solteiro (a), divorciado (a) e viúvo (a). Os resultados demonstraram que o maior índice de inadimplência se concentra nos profissionais de enfermagem solteiros (as), onde no ano de 2018 esse índice ultrapassou os 50% do total dos inadimplentes desse período. Em seguida temos os profissionais casados (as), que também apresentam um índice alto em relação às demais classificações. Já os separados (as) e os viúvos (as), correspondem os menores índices de inadimplências. No caso dos profissionais de enfermagem que são casados, o número de dependentes, pode ser um fator que contribui para maiores gastos, tendo como prioridade a sua família, e dívidas com terceiros estariam em segundo plano.

Dando continuidade na análise da inadimplência do COREN ACRE, e o perfil dos profissionais inadimplentes, obtivemos informações acerca da quantidade desses inadimplentes, separados por faixas etárias, dividindo em dois grupos, a fim de ver qual a faixa que representa maior incidência de inadimplentes. De acordo com a tabela 04, se

encontra as informações da inadimplência na faixa etária de 18 a 33 anos, tanto homens quanto mulheres, e na tabela 05 apresenta informações da faixa etária de 34 a 48 anos. Para esta análise foi estipulada a faixa etária mínima de 18 anos e a máxima de 48 anos, pois segundo informações fornecidas pelo o Departamento de Inscrição e Cadastro do Conselho, a idade mínima para registro de profissionais de enfermagem é de 18 anos e o profissional já inscrito, tem direito a remissão de seu registro após 30 anos, ou seja, aos 48 anos de idade.

**Tabela 04 – Número de Inadimplentes por Faixa Etária (18 a 33anos)**

<b>Categoria</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Masculino	28	34	37	73	117	161	199	258
Feminino	67	115	179	376	552	739	843	1039

Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

**Tabela 05 – Número de Inadimplentes por Faixa Etária (34 a 48anos)**

<b>Categoria</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Masculino	250	290	328	484	552	617	626	637
Feminino	921	1135	1254	1929	2312	2558	2564	2583

Fonte: COREN ACRE (Relatório Sistema INCORP, 2019).

Observando as tabelas 04 e 05, de acordo com os dados levantados, as informações evidenciam que o índice de inadimplentes entre 18 a 33 anos, é bem menor que os da faixa etária de 33 a 48 anos. Percebemos também nas informações, que os homens de idades de 18 a 33 anos devem menos do que os homens de idade 34 a 48 anos, o mesmo ocorre com as mulheres. O Fato é que a inadimplência se concentra em pessoas que possuem idade superior as 33 anos.

De acordo com entrevista com o presidente do Conselho, o Sr. Márcio Raleigue A. Lima Verde, o Conselho tem apresentado um nível de inadimplência elevadíssimo pelo fato de que em gestões anteriores, a Diretoria do Conselho não tem nenhuma estratégia para evitar a baixa arrecadação, isso por não existir setor de cobrança no órgão, bem como por não haver uma cobrança rigorosa dos seus associados.

A cobrança é uma forma de evitar que arrecadação do Conselho seja afetada de forma negativa, pois de acordo Ferreira (1998) a cobrança é o ato de cobrar, sendo receber o que é devido, readquirir, recuperar.

Em decorrência ao alto nível da inadimplência, a arrecadação do Conselho apresentou variações negativas. Nas tabelas a seguir podemos observar a variação das arrecadações do COREN/AC nos anos de 2011 a 2018.

**Tabela 06 - Receita (Projeção de Arrecadação - Orçamento) – R\$**

ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO
2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018
805.691,00	-10,59	720.351,00	2,17	736.000,00	11,59	821.300,00	8,36	890.000,00	37,49	1.223.663,49	15,76	1.416.455,90	2,81	1.456.275,20

Fonte: COREN ACRE (Fonte: Desenvolvida a partir das demonstrações contábeis).

**Tabela 07 - Receita (Arrecadação Efetiva) – R\$**

ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO								
2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018
596.997,15	3,42	617.435,38	-5,1	585.874,02	31,1	767.783,88	-1,6	755.486,58	41,46	1.068.690,55	36,78	1.461.749,97	-3,28	1.413.868,75

Fonte: COREN ACRE (Fonte: Desenvolvida a partir das demonstrações contábeis).

**Tabela 08 – Arrecadação efetiva em relação à arrecadação projetada**

ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%	ANO	%
2011	74,10	2012	85,71	2013	79,6	2014	93,5	2015	84,9	2016	87,3	2017	103,2	2018	97,1

Fonte: COREN ACRE (Fonte: Desenvolvida a partir das demonstrações contábeis).

Nas tabelas 06 e 07, podemos observar que há acentuada diferença entre a arrecadação projetada para a arrecadação efetiva, principalmente nos três primeiros anos, assim apresentando uma perda considerável de receita em cada ano-exercício, consequência da inadimplência acentuada detalha na tabela 02.

Temos na tabela 08 a arrecadação efetiva em relação à arrecadação projetada em valores percentuais, e podemos observar que o Conselho não atingiu satisfatoriamente a

arrecadação prevista em orçamento, apesar de que no ano de 2014 houve um aumento nas receitas em relação a 2013 e em 2017, que atingiu 103,2% da projeção naquele ano, apresentando um superávit na arrecadação naquele exercício.

## **CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ACRE NO PERÍODO 2011 A 2018.**

### ***3.1 – Histórico do Conselho Regional de Enfermagem do Acre***

A Constituição Federal estabelece, entre os direitos e garantias fundamentais, o livre "exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (C. F. art. 5º, inciso XIII).

Na regulamentação profissional, nos seus princípios, nos mostra que para se regulamentar uma profissão, é importante considerar o interesse público sobre os de grupos ou de outros segmentos, criando, mais que direitos, deveres sociais de proteção à coletividade.

Segundo PRATES (1994), caracteriza os Conselhos de Fiscalização do Exercício das Profissões, com as seguintes palavras:

Os Conselhos de Fiscalização do Exercício das Profissões, ainda que sujeitos a regimes diversos, conforme as respectivas leis instituidoras possuem todas as características comuns. Todos são criados por lei com personalidade jurídica própria para executar atividades típicas do Estado já que é da competência da União Federal organizar, manter e executar a inspeção do trabalho (CF, artigo 21, XXIV). É também da União Federal a atribuição de legislar sobre o exercício das profissões e de dispor sobre as contribuições de interesse das categorias profissionais (CF, artigos 5º, inciso XIII, 22, inciso XVI, 170, parágrafo único e 149). Como é sabido, os Conselhos exercem nos respectivos campos de atuação o poder de polícia das profissões, zelando pela integridade e disciplina profissional em favor do interesse geral da sociedade. Aplicam multas, suspendem seus membros do exercício profissional, cancelam lhes o registro, fixam-lhes contribuições etc. São dotados de autonomia financeira, com patrimônio próprio e fontes próprias de custeio decorrentes principalmente das contribuições obrigatórias dos associados. Usufruem de privilégios como o ajuizamento da execução fiscal para cobrança de seus créditos e gozam de imunidade tributária. (PRATES, 1994)

Criados por Lei Federal, os conselhos de fiscalização profissional possuem aspectos juridicamente de autarquias dotados de personalidade de direito público, constituindo entidades com desmembramentos legais da União tendo atribuições próprias de atuação estatal. A Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973, por exemplo, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem, prescreveu, em seu art. 1º, o seguinte:

Art. 1º São criados o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN), constituindo em seu conjunto uma autarquia, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Lei Federal nº 5.905, de 12 de julho de 1973).

No artigo 149 da Constituição Federal, encontram-se as contribuições de interesse das categorias profissionais, onde se destinam para o custeamento das atividades das entidades responsáveis pela fiscalização do regular exercício profissional. De acordo com a Lei:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, §6º relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.” (C. F. art. 149º).

### ***3.1.1 – Criação do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN***

De acordo com Resolução nº 242, um grupo de enfermeiros recebeu, em 23 de abril de 1975, o desafio de eleger e instalar, no prazo de um ano o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem, em cumprimento a lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973. Assim, em 22 de abril de 1976 a missão estava cumprida, com a eleição e instalação do COFEN e de 22 Conselhos Regionais; viabilização de recursos financeiros em contas bancárias próprias, providas por sistema de arrecadação em âmbito nacional; sedes em imóveis locados sob contratos, equipamentos e materiais indispensáveis ao correto atendimento do serviço; pessoal treinado para o desempenho das tarefas afins e baixados os provimentos fundamentais necessários à autarquia para o desempenho de suas competências.

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e os seus respectivos Conselhos Regionais (COREN's), juntos formam o Sistema COFEN/COREN's, onde estão subordinados ao Conselho Federal todos os 27 conselhos regionais localizados em cada estado brasileiro. Filiado ao Conselho Internacional de Enfermeiros, em Genebra, o COFEN existe para normatizar e fiscalizar o exercício da profissão de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, zelando pela qualidade dos serviços prestados pelos participantes da classe e pelo cumprimento da lei do Exercício Profissional. (COFEN, Resolução nº 242)

### ***3.1.2 – Criação e Institucionalização do Conselho Regional de Enfermagem do Acre***

De acordo com o Relatório de Gestão COREN ACRE apresentado ao TCU em 2015, relata o surgimento e criação do Conselho Regional de Enfermagem do Acre, onde os profissionais de Enfermagem do Estado dependiam do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas para realizarem seus registros e poderem exercer sua profissão no estado. Ressaltando-se que não havia a fiscalização do exercício profissional de Enfermagem no Estado do Acre. Em 03 de novembro de 1993, foi baixada a Portaria COFEN-41/93 que determinou a instalação do COREN/AC e designaram profissionais de Enfermagem para ocuparem funções de Conselheiros Efetivos e Suplentes, com jurisdição em todo o território do Estado do Acre, observados o disposto no art. 11 da Lei nº 5.905/73. Iniciaram-se assim as fiscalizações do exercício profissional nas Instituições de Saúde em todo o Estado do Acre. Em 26 de Julho de 1996, foi inaugurada a sede própria do COREN/AC. A sede foi adquirida com recursos do COREN/AC e parceria do COFEN. Nasceu assim uma instituição pública com característica jurídica, independente financeiramente, tendo principal receita a arrecadação oriunda dos inscritos no Conselho Regional.

A instituição na qual incide o presente trabalho é o Conselho Regional de Enfermagem do Acre – COREN/AC, uma autarquia federal que tem o objetivo de fiscalizar a atuação dos profissionais de enfermagem no estado. A análise da situação econômica e financeira desta autarquia será feita através das demonstrações financeiras da referida instituição e outras informações complementares.

O Relatório de Gestão também expõe que o Conselho Regional de Enfermagem do Acre, cuja sede está localizada em Rio Branco Acre, é considerado uma autarquia criada por lei e assume personalidade jurídica de direito público, exercendo atividade caracteristicamente pública, atuando na fiscalização do exercício profissional, submetem-se às regras encartadas no artigo 37, inciso II, da CRFB/88. Em seu quadro funcional possui oito servidores efetivos e dois cargos comissionados, e quanto à contratação de servidores, assim sendo, indispensável à realização de concurso público.

O COREN/AC por não possuir qualquer subordinação ou vinculação com a União tem como receita a arrecadação dos tributos pagos oriundos das anuidades de seus

associados e outras taxas, e por fazer parte da Administração Pública Indireta, portanto por ser autônoma, possui patrimônio e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos diretores, nomeados pelos próprios associados através de pleito eleitoral.

A Estrutura de Governança do COREN/AC é exercida pelo Plenário colegiado e pela Diretoria Colegiada, observando-se as disposições do Regimento Interno aprovado. O Plenário, integrado pelos membros efetivos e suplentes formado por profissionais da enfermagem, sendo um o órgão deliberativo da Autarquia, constituindo-se em um Tribunal de Ética para admissibilidade e julgamento de processo ético instaurado em desfavor de profissionais de enfermagem.

A Diretoria, órgão executivo e de administração do COREN/AC, é composta pelo Presidente, Secretário e Tesoureiro, o próprio Plenário elege, dentre seus Conselheiros, aqueles que exercerão os cargos na Diretoria.

### ***3.2 - Análises Econômica e Financeira do COREN/AC.***

A técnica de análise das demonstrações contábeis mede o desempenho empresarial com a finalidade de fornecer a parte estratégica das empresas, informações que facilitem na tomada de decisão (Kreuzberg; Dockorn; Hein, 2013). Desta forma Breitenback, Alves e Diehl (2010) conceituam a análise econômico e financeira como sendo um conjunto de informações, que organizadas, formam um sistema de medida de desempenho.

Segundo com Gitmam (2004) a análise econômica e financeira de uma empresa ou instituição sucede em conjunto de técnicas que visam o estudo dessa análise, sendo através das demonstrações financeiras e demais informações contábeis. Seu principal objetivo é proporcionar informações úteis que servirão de base à tomada de decisões, que amparam o gestor no andamento de ações e metas que compõem o planejamento estratégico da instituição, que serão relevantes para estabilidade e sustentabilidade econômica da Autarquia.

A Autarquia, por se tratar de uma instituição pública com característica jurídica, independente financeiramente, serão utilizados quocientes próprios para órgãos públicos a fim de controlar o orçamento público, e quocientes para verificação do grau de liquidez, para análise financeira.

A contabilidade pública segue as normas das Leis nº. 4.320/64 e nº. 101/2000, e de acordo com seu art. 101, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

### **3.2.1 - Análise Financeira**

Segundo Matarazzo (2010) a administração financeira em uma empresa ou instituição é de importância para identificar possíveis insuficiências em seu âmbito organizacional e gerencial, onde a análise das demonstrações financeiras torna essa supervisão capaz de mostrar o desempenho financeiro dessa instituição.

Aqui foi considerado o conceito de Liquidez, que segundo Assaf Neto (2001) tem o objetivo de conhecer a capacidade da empresa ou instituição em honrar com seus compromissos adquiridos dentro do vencimento e a Análise Horizontal. Conforme o autor identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período.

A liquidez pode ser considerada como um processo de análise das contas que forma o Balanço Patrimonial, com intuito de melhor explicar os seus componentes que deverão ser analisados e compreendidos como decorrente de uma situação financeira da organização, assim nos diz Matarazzo (2010).

Do Balanço Patrimonial são extraídas as informações para se calcular os índices de liquidez e nesse trabalho serão abordados os índices de liquidez imediata, corrente, seca e geral. A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos tipos de índices, segundo Assaf Neto (2001):

- *Liquidez Imediata* – Mede a capacidade da instituição em pagar as obrigações de curto prazo, com disponibilidades de caixa, bancos e aplicações financeiras de pronto resgate.
- *Liquidez Corrente* – Mede a capacidade da instituição em pagar as suas obrigações no curto prazo (até um ano) as contas a receber, principalmente quando ocasionado por aumento de inadimplência.

- *Liquidez Seca* – Mede a capacidade de pagamento da instituição sem usar de seus estoques.
- *Liquidez Geral* – Mede a capacidade da instituição em fazer frente as suas dívidas, sem uso do Ativo Permanente.

A seguir a tabela 06 que apresenta as fórmulas para cada tipo de liquidez.

### Quadro 01 – Fórmulas – Índices de Liquidez

LIQUIDEZ	FÓRMULA
<i>Liquidez Imediata</i>	$LI = \frac{\textit{Disponível}}{\textit{Passivo Circulante}}$
<i>Liquidez Corrente</i>	$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$
<i>Liquidez Seca</i>	$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante - Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$
<i>Liquidez Geral</i>	$LG = \frac{\textit{A. Circulante + Realizável L. Prazo}}{\textit{P. Circulante + Exigível L. Prazo}}$

*Fonte: Desenvolvida a partir do autor Assaf Neto (2001)*

Para este estudo em questão foram coletados informações das demonstrações contábeis (*Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial*) divulgados em 31 e dezembro de cada exercício, entre 2011 e 2018. As análises serão feitas de forma conjunta no sentido de agrupamento de todos os períodos contábeis em estudo, ou seja, os índices serão calculados individualmente, mas englobando todos os exercícios envolvidos.

A seguir temos a tabela 05 que representa o Balanço Patrimonial do Conselho tabulado em planilha Excel relacionada em cada ano exercício em estudo.

**Tabela 05 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial do COREN no período 2011-2018**

COREN ACRE	31/12/2011		31/12/2012		31/12/2013		13/12/2014		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
<b>ATIVO</b>	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)
<b>Ativo Circulante</b>	<b>55.628,23</b>	<b>100</b>	<b>538.763,53</b>	<b>868,51</b>	<b>170.205,16</b>	<b>-68,41</b>	<b>233.507,93</b>	<b>37,19</b>	<b>142.133,50</b>	<b>-39,13</b>	<b>140.694,32</b>	<b>-1,01</b>	<b>313.381,99</b>	<b>122,74</b>	<b>337.694,84</b>	<b>7,76</b>
Disponível	21.882,29	100	461.411,70	2008,61	91.082,67	-80,26	52.411,71	-42,5	89.512,92	70,79	95.213,97	6,37	281.114,69	195,25	317.384,49	12,90
Bancos c/ movimento	12.169,23	100	459.455,53	3675,55	78.485,39	-82,92	23.746,02	-69,7								
Bancos c/ Arrecadação	9.713,06	100	1.956,24	-79,86	12.597,26	544	28.665,69	127,6								
Disponível Vinc. C/C Banc.	33.735,94	100	77.351,76	129,29	79.122,49	2,29	180.708,13	128,39					2.802,59		2802,59	
Realizável	10	100	0		0		388,09		388,09		388,09					
Estoques									52.232,49		45.092,26	-13,67	29.464,71	-34,66	17507,76	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>439864,41</b>	<b>100</b>	<b>439.864,41</b>		<b>655.265,61</b>	<b>48,97</b>	<b>690.405,11</b>	<b>5,36</b>	<b>596.153,84</b>	<b>-13,65</b>	<b>440.587,39</b>	<b>-26,10</b>	<b>308.785,69</b>	<b>-29,91</b>	<b>326.904,95</b>	<b>5,87</b>
Bens Patrimoniais	405.687,15	100	405.687,15		621.088,35	53,1	621.088,35									
Bens Móveis	225.687,15	100	225.687,15		441.088,35	95,44	441.088,35		379.228,58	-14,02	374.777,55	-1,17	325.093,96	-13,26		
Bens Imóveis	180.000,00	100	180.000,00		180.000,00		180.000,00		182.748,00	1,53	182.748,00		180.000,00	-1,50		
Crédito	34.000,00	100	34.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00		34.000,00			
Dívida Ativa	34.000,00	100	34.000,00		34.000,00		34.000,00									
Valores	177,26	100	177,26		177,26		35.316,76		177,26	-99,50	177,26		177,26			
Títulos de Empresas Estatais	177,26	100	177,26		177,26		177,26									
Almoxarifados	0		0		0		35.136,50									
Despreciação											151.155,42C		230.485,53C		255.866,27C	
<b>Ativo Total</b>	<b>495.492,64</b>	<b>100</b>	<b>978.627,94</b>	<b>97,51</b>	<b>825.470,77</b>	<b>-15,65</b>	<b>923.913,04</b>	<b>11,93</b>	<b>738.287,34</b>	<b>-20,09</b>	<b>581.281,71</b>	<b>-21,27</b>	<b>622.167,68</b>	<b>7,03</b>	<b>664.599,79</b>	<b>6,82</b>
COREN ACRE	31/12/2011		31/12/2012		31/12/2013		13/12/2014		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
<b>PASSIVO</b>	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)	VALOR	AH(%)
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.575,14</b>	<b>100</b>	<b>758,32</b>	<b>-51,86</b>	<b>1.733,34</b>	<b>128,58</b>	<b>2.142,75</b>	<b>23,62</b>	<b>22.579,94</b>	<b>953,78</b>	<b>28.030,17</b>	<b>24,14</b>	<b>12.768,01</b>	<b>-54,45</b>	<b>5.225,75</b>	
Passivo Flutuante	1.575,14	100	758,32	-51,86	1.733,34	128,58	2.142,75	23,62	4.660,13	117,48	28.030,17	501,49	12.768,01	-54,45	5.225,75	
Consignações	739,17	100	758,32	2,59	1.733,34	128,58	2.142,75	23,62	16.256,12	658,66						
Credores da Entidade	835,9	100							1.654,69							
<b>Passivo não Circulante</b>																
Patrimônio Líquido	493.917,50	100	977.869,62	97,98	823.737,43	-15,76	921.770,29	11,90	715.707,40	-22,36	553.251,54	-22,70	609.399,67	10,15	659.374,04	8,20
<b>Passivo Total</b>	<b>495.492,64</b>	<b>100</b>	<b>978.627,94</b>	<b>97,51</b>	<b>825.470,77</b>	<b>-15,65</b>	<b>923.913,04</b>	<b>11,93</b>	<b>738.287,34</b>	<b>-20,09</b>	<b>581.281,71</b>	<b>-21,27</b>	<b>622.167,68</b>	<b>7,03</b>	<b>664.599,79</b>	<b>6,82</b>

Fonte: COREN ACRE. (Desenvolvida a partir das demonstrações contábeis).

Como pode observar na tabela 05, a qual apresenta os percentuais da análise horizontal em cada ano, os elementos patrimoniais tiveram significativas variações, destacando assim a conta do *Ativo Circulante* no ano de 2012, que de acordo informações obtidas, o Conselho recebeu Transferências Intragovernamentais nesse período, fazendo que o índice se elevasse devido o aumento significativo no *Disponível* em relação ao de 2011.

As Transferências Intragovernamentais recebidas em 2012 são referente ao recurso do Projeto da Construção da nova sede do COREN-AC, provenientes do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

No lado do Passivo, observamos que no *Passivo Circulante*, houve uma evolução no decorrer do período, especificamente a partir de 2013 e no ano de 2015, evidenciando assim seu grau de endividamento. No *Patrimônio Líquido*, observa-se que houver um considerável aumento em 2012 em relação a 2011 (97,98%), já nos demais anos, houve pequenas variações.

Como dito anteriormente, os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento da instituição frente a suas obrigações. Sendo de suma importância para a administração, os estudos das variações destes índices.

A análise dos índices de liquidez levará em consideração as informações extraídas do Balanço Patrimonial, e foram calculados os índices Liquidez Imediata, Corrente e Geral. A tabela a seguir apresenta o resultado dos cálculos dos índices de liquidez em cada ano do período em estudo, obtidos através das fórmulas de liquidez apresentados na tabela 07, com as informações extraídas do Balanço Patrimonial apresentado anteriormente.

**Tabela 06 – Índices de Liquidez no período 2011 a 2018**

ÍNDICES	RESULTADOS DO PERÍODO								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
<b>Liquidez</b>									
<i>Liquidez Imediata</i>	13,89	608,47	52,55	24,46	3,96	3,39	12,8	60,7	
<i>Liquidez Corrente</i>	35,32	710,47	98,19	108,98	6,29	5,02	24,5	64,6	
<i>Liquidez Geral</i>	35,32	710,47	98,19	108,98	6,29	5,02	24,5	64,6	

Fonte: COREN ACRE (Cálculos a partir dos Balanços Patrimonial de 2011 a 2018).

A partir dos índices encontrados, no processo de planejamento, devem-se comparar os valores para verificar se os objetivos da entidade estão ou não sendo alcançados e ajustar prováveis falhas.

Como se pode observar na Tabela 06, o Conselho apresenta recurso para liquidar as dívidas de curto e longo prazo, pois as aplicações aumentaram, mesmo que suas obrigações também tenham aumentado, mas de forma não proporcional no período em estudo.

No índice de liquidez imediata, notou-se que a disponibilidade do órgão manteve-se elevado em todos os anos, devido ao saldo disponível de bancos/caixa serem satisfatório para pagamento das dívidas de curto prazo, somente em 2015 e 2016, houve uma queda nesse índice, devido ao aumento no Passivo Circulante.

Segundo Kohama (2015), o Quociente de Liquidez Corrente:

“deve demonstrar o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis disponíveis ou realizáveis, no período dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo, ou seja, exigíveis no período dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.”

O índice de liquidez corrente mostra que o Conselho possui R\$ 35,32 de ativos circulantes, para fazer face a cada R\$ 1,00 das suas obrigações vencíveis em 2011, já em 2016 o mesmo índice decaiu para 5,02%, ou seja R\$ 5,02 de ativos para cada R\$ 1,00 das obrigações. Entretanto, um índice de liquidez corrente demasiadamente alto pode indicar gerenciamento pouco eficiente, é o caso do ano de 2012, apresentação de índices muito elevados.

Houve oscilações ao longo do período 2011 a 2018, onde se observa que o índice da Liquidez Geral tem apresentado informações maiores que 1, o que significa que o ativo de curto prazo é suficiente para liquidar o passivo de curto prazo.

Analisando a liquidez do COREN/AC, vemos que a capacidade de pagamento da autarquia frente a suas obrigações é satisfatória, onde a entidade possui índices de liquidez positiva, que quer dizer que o Conselho, não tem dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo (liquidez corrente e imediata) e compromissos de longo prazo (liquidez geral).

### 3.2.2 Análise Econômica.

O trabalho de avaliar e interpretar os balanços pode constituir-se em um instrumento de importante utilidade para a gestão de qualquer entidade. Segundo a perspectiva econômica, e de acordo com Moreira (2001), os rácios têm por objetivo analisar a situação econômica da entidade em estudo, a estrutura patrimonial. A finalidade por meio da mensuração e análise de quocientes específicos relativos às Demonstrações Contábeis.

Na análise de balanço das instituições públicas, em razão da complexidade de controlar o orçamento público, serão utilizados quocientes específicos.

Os quocientes que foram aplicados nas demonstrações contábeis do Conselho foram extraídos de Kohama (2000). Estes quocientes são específicos para demonstrativos de órgãos públicos. O quadro 02 apresenta estes quocientes e suas respectivas fórmulas.

**Quadro 02 – Fórmulas dos Quocientes Aplicados nas Demonstrações Contábeis do COREN ACRE**

<b>Quocientes do Balanço Orçamentário</b>	
<i>Quociente de Execução da Receita</i>	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}}$
<i>Quociente do Equilíbrio Orçamentário</i>	$\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}}$
<i>Quociente da Execução da Despesa</i>	$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}}$
<i>Quociente do Resultado Orçamentário</i>	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$
<b>Quocientes do Balanço Financeiro</b>	
<i>Quociente da Execução Orçamentária</i>	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$
<i>Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária</i>	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$
<i>Quociente do Resultado da Execução Financeira</i>	$\frac{\text{Receita (Orçamentária + Extra-orçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extra-orçamentária)}}$
<i>Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros</i>	$\frac{\text{Saldo passa p/ exercício seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$
<b>Quocientes para o Balanço Patrimonial</b>	
<i>Quociente da Situação Financeira</i>	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$

<i>Quociente da Situação Permanente</i>	<i>Ativo Permanente</i> <i>Passivo Permanente</i>
<i>Quociente do Resultado Patrimonial</i>	<i>Soma do Ativo Real</i> <i>Soma do Passivo Real</i>
<b>Quocientes para a Demonstração das Variações Patrimoniais</b>	
<i>Quoc. do Res. Variações Patrimoniais</i> <i>Indep. da Exec. Orçamentária</i>	<i>Indep. da Execução Orçamentária Ativa</i> <i>Indep. da Execução Orçamentária Passiva</i>
<i>Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais</i>	<i>Soma Mut Patrim. Ativas + Indep. Execução Orç. Ativa</i> <i>Soma Mut. Patrim. Passivas + Indep. Exec. Orç. Passiva</i>

Fonte: Desenvolvida a partir do autor Kohama (2000)

Os demonstrativos contábeis públicos de cada período em estudo foram interpretados e analisados, verificando as semelhanças e alterações na estrutura destes demonstrativos ocorridas durante o período analisado. Em seguida foram extraídos os dados e tabulados em planilhas com fórmulas, para que pudesse efetuar os cálculos dos quocientes econômicos.

A análise foi realizada por meio da aplicação de quocientes aos balanços públicos, do período de 2011 a 2018. Serão demonstrados os resultados das análises na seguinte ordem: *Balanço Orçamentário*, *Balanço Financeiro*, *Balanço Patrimonial* e por último os resultados da *Demonstração das Variações Patrimoniais*.

**Tabela 08 – Quocientes para análise do Balanço Orçamentário - Período 2011 a 2018**

<b>Quocientes</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Quociente de Execução da Receita	0,82	0,91	0,53	0,83	0,82	1,0	1,03	0,97
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	1,15	1,0	1,0	1,0	1,15	1,0	1,0	1,0
Quociente de Execução da Despesa	0,85	0,65	0,77	0,78	0,85	0,9	0,87	0,93
Quociente do Resultado Orçamentário	0,84	1,4	0,7	1,06	0,84	1,02	1,73	1,03

Fonte: COREN-AC (*Cálculos a partir dos Balanços Orçamentários 2011 a 2018*).

Na Execução da Receita, o quociente manteve-se oscilante nos anos analisados, mostrando ainda que nos primeiros cinco anos ocorreram resultados financeiros não satisfatórios, pois todos os anos possuem o quociente menor do que 1,0, ou seja, todos apresentaram a receita executada menor que a receita prevista. Isto reflete a ineficiência da

gestão pública na arrecadação das receitas. No entanto em 2016 e 2017 temos quociente 1,0 e 1,03 respectivamente, assim nesses dois anos houve um melhor resultado na arrecadação.

Já no Equilíbrio Orçamentário, apresentou resultados normais, pois seus quocientes foram iguais ou maiores do que 1,0 demonstrando que no período em estudo a Despesa Fixada foi sempre maior que a Receita Prevista. Isto indica que havia uma expectativa arrecadação superior ao previsto, assim a despesa foi fixada com base nesta situação.

Os resultados apresentados no quociente Execução da Despesa são considerados normais, pois todos resultaram num valor menor do que 1,0 mostrando que a despesa executada nesse período, foi sempre menor que a despesa fixada (despesa legalmente autorizada).

A análise do quociente Resultado Orçamentário observa-se que no período dos oito anos analisados, os seus resultados oscilam. Este quociente revela que em todos os anos estudados, a receita executada foi sempre maior que a despesa executada. O quociente que mais se destacou foi o do ano de 2017, pois havia R\$ 1,73 de receita executada para cada R\$ 1,00 de despesa executada, gerando com isto um superávit de execução. Já no ano de 2013 houve um déficit de execução, pois havia R\$ 0,70 de receita executada para cada R\$ 1,00 de despesa executada.

**Tabela 09 - Quocientes para análise do Balanço Financeiro - Período 2011 a 2018**

<b>Quocientes</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Quociente da Execução Orçamentária	0,45	1,4	0,7	0,94	0,45	1,0	1,16	1,03
Quoc.Financeiro Real Execução Orçamentária	1,2	1,4	0,7	0,94	1,2	1,02	1,17	1,03
Quoc. da Execução Financeira	0,45	1,39	0,7	0,94	1,06	1,0	1,13	1,02
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	2,6	9,69	0,32	0,73	0,39	1,06	2,95	1,12

Fonte: COREN-AC (Cálculos a partir dos Balanços Financeiros 2011 a 2018).

Nos anos de 2011 a 2015 os quocientes da Execução Orçamentária, não apresenta um bom resultado, pois revela um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira, pois o quociente apresenta-se menor do que 1, demonstrando um despesa orçamentária maior que a receita orçamentária, exceto no ano de 2012. Já nos anos de

2016 a 2018, apresentam uma situação normal, por obter um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira.

Observa-se que os quocientes do Financeiro Real da Execução Orçamentária apresentam um bom resultado para o período em questão, pois a maioria dos anos apresentaram quocientes maiores do que 1 significando que nos anos analisados a receita orçamentária recebida foi sempre maior do que a despesa orçamentária paga. No entanto nos anos de 2013 e 2014, os quocientes apresentaram valores menores que 1, sendo a receita orçamentária menor que despesa orçamentária paga.

Os quocientes da Execução Financeira expõem um resultado razoável para o período em análise, pois nos anos de 2011, 2013 e 2014, os quocientes apresentaram valores menores que 1, sendo as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extraorçamentária. Nos demais anos apresentaram quocientes maiores do que 1 significando um bom resultado.

No Resultado dos Saldos Financeiros, os quocientes calculados demonstram que nos anos de 2013 a 2015 não apresentaram um bom resultado, pois seus quocientes permaneceram inferior a 1, verifica-se que nesses anos, são registrados déficits financeiros, pelo fato dos recebimentos terem sido inferiores aos seus pagamentos. Já nos anos de 2011 e 2012, apresentaram resultado satisfatório, pois o quociente calculado é maior que 1, sendo que nesses períodos o Conselho recebeu transferências intragovernamental do Conselho Federal de Enfermagem. As Transferências Intragovernamentais recebidas em 2012 são referente ao recurso do Projeto da Construção da nova sede do COREN-AC, provenientes do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

**Tabela 10 - Balanço Patrimonial - Período 2011 a 2018**

<b>Quocientes</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Quociente da Situação Financeira	710,47	35,32	98,19	108,98	6,29	5,87	6,73	61,27
Quociente da Situação Permanente	100	100	100	100	100	10,9	6,15	-
Quociente do Resultado Patrimonial	314,57	290,52	476,2	481,18	32,69	20,7	1,02	1,0

Fonte: COREN-AC (*Cálculos a partir dos Balanços Patrimonial 2011 a 2018*).

Na tabela 10 possui resultado baseados nas informações contábeis dos balanços patrimoniais dos anos de 2011 a 2018. No tocante aos quocientes da Situação Financeira, os resultados calculados deste quociente são positivos, pois o Ativo Financeiro em 2011 a 2018 apresentou sempre maior que o Passivo Financeiro. No ano de 2015 em diante, o quociente diminuiu em relação aos anos anteriores, isso devido ao aumento do Passivo Financeiro, pois neste ano o Conselho contraiu significativo valor de obrigações de curto prazo a pagar.

Os quocientes da Situação Permanente mostram que o Ativo permanente continuou superior ao Passivo Permanente, até o ano de 2015 até pelo fato que o Conselho não contraiu dívidas, isto é, obrigações de longo prazo, mantendo zerado o Ativo Permanente nesse período.

Os cálculos dos quocientes do Resultado Patrimonial nos mostram resultados normais, ou seja, superiores a 1 onde a soma do Ativo Real permaneceu sempre superior a soma do Passivo Real, refletindo um superávit patrimonial em todos os exercícios estudados.

**Tabela 11 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Período 2011 a 2018.**

<b>Quocientes</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Quoc.Result. V. Pat.Indep.Exec. Orçament.	1,25	1,40	0,87	0,91	1,25	0,82	0,49	0,22
Quoc.Resultado Variações Patrimoniais	0,45	1,4	0,87	1,1	4,02	0,86	1,03	1,03

Fonte: COREN-AC (*Cálculos a partir das Demonstrações das Variações Patrimoniais 2011 a 2018*).

Os quocientes do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária apresentaram resultados bem variados nos anos estudados. Nos anos de 2011, 2012 e 2015 o resultado é considerado positivo, significando que nestes períodos teve aumento no patrimônio do Conselho. Já nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018 as variações patrimoniais ativas apresentaram-se menores que as variações patrimoniais passivas, resultando uma situação negativa, como se constata no demonstrativo das variações patrimoniais destes anos, pois apresentaram déficits patrimoniais.

Nas análises dos quocientes do Resultado das Variações Patrimoniais, nos mostram que em 2012, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, as variações patrimoniais

apresentaram superávits patrimoniais. Já nos exercícios de 2011 e 2013 aparecem com déficits patrimoniais. O que se percebe é um desequilíbrio nas variações patrimoniais.

Após a análise realizada nas informações dos cálculos dos quocientes nos exercícios de 2011 a 2018, conclui-se que a situação econômica e financeira do Conselho Regional de Enfermagem do Acre, apresenta bons resultados, apesar de que após as análises, principalmente no Balanço Financeiro, seus resultados não foram tão satisfatórios. Logo, sugere-se que esta análise seja feita anualmente para que se verifique a situação econômica e financeira desta Autarquia, verificando seus fatores positivos e os negativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fez uma análise na inadimplência e na situação econômica e financeira do Conselho Regional de Enfermagem do Acre, uma Autarquia Federal, num período de oito anos, entre 2011 a 2018. Através de pesquisas bibliográficas, como literatura já publicada em forma de artigo, livros e informações disponibilizadas na internet, e por meios de informações fundadas em documentos contábeis e financeiros, foi possível conhecer a real situação econômica e financeira desta Instituição, como também sua estrutura organizacional.

Neste estudo, foram apresentados conceitos gerais voltadas para práticas que tendem ao desenvolvimento econômico e financeiro de empresas ou Instituições, como também definições a respeito dos tributos originados das contribuições sociais. A função financeira é um desses conceitos abordados, onde a mesma é responsável pela elaboração, desempenho, avaliação e controle das decisões financeiras numa organização, sendo considerada uma das funções básicas de qualquer organização. Houve explanação sobre as demonstrações financeiras, que representam a estrutura da posição do desempenho financeiro de uma entidade, produzindo resultados que sirvam de base para previsão de agentes na tomada de decisões.

O Conselho Regional de Enfermagem do Acre, por não possuir vínculo com a União, tem como receita a arrecadação dos tributos pagos através das anuidades de profissionais registrados no Conselho, e por fazer parte da Administração Pública Indireta, foram utilizados índices de avaliação próprios para órgãos públicos a fim de controlar o orçamento, e os mesmos foram calculados através das informações apresentados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Observamos por meio das informações apresentadas nas tabelas 02 e 03 que o Conselho tem enfrentado um problema comum, mas considerado sério, que seria o elevado grau de inadimplência dos profissionais registrados. Mas apesar de apresentar uma inadimplência considerada alta, o Conselho tem apresentado recurso suficiente para liquidar as dívidas de curto e longo prazo, o qual demonstra as informações na tabela 06.

Conforme o ponto de vista econômico, para analisar a situação econômica da Instituição em estudo, utilizou-se a mensuração dos quocientes específicos relativos às Demonstrações Contábeis, e através das informações obtidos nos cálculos dos quocientes no período estudado.

Em síntese, o trabalho apresentou o perfil dos profissionais de enfermagem inadimplentes, registrados junto o Conselho de Fiscalização em estudo.

Logo, as informações obtidas a partir deste estudo servirão como base de auxílio no desenvolvimento de ações para a diminuição e controle do nível de inadimplência, como em políticas de cobrança e negociação mais adequadas ao perfil do profissional de enfermagem e uma estruturação de um sistema financeiro eficiente que conduza o aumento da arrecadação.

Portanto a proposta deste trabalho foi destacar a importância do Planejamento Financeiro e de possuir Estratégias dentro do processo de tomada de decisões na Instituição, com o objetivo de conduzi-la a prevenir e habituar-se ao futuro, a partir de parâmetros definidos pelo histórico de seu desempenho, o que ficou evidenciado nas análises feitas no período de 2011 a 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Rui M. P. **O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF** – de Cabo Verde. ATF – Edições Técnicas, 2009.

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios**. 2007. 243 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANDRADE, S. F. C., Riul, P. H., Oliveira, M. S., & Cavalcanti, M. F. **A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca**. FACEF Pesquisa, 2008.

BLATT, A. **Créditos problemáticos e inadimplência**. São Paulo: STS, 1998.

BRASIL. Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. **Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providencias**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D22626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D22626.htm)>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem**. Brasília, DF, 12 julho de 1973.

BREITENBACH, M.; ALVES, T. W.; DIEHL, C. A. **Indicadores Financeiros Aplicados à Gestão de Instituições de Ensino de Educação Básica**. Contabilidade Vista & Revista, v. 21, n. 3, p. 167-203, 4 out. 2010.

CAOQUETTE, J. B., Altman, E., & Narayanan, P. (1998). **Gerenciando o risco de crédito: o grande desafio para os mercados financeiros globais**. New York: Wiley John & Sons.

CARVALHO, C.E.ABRAMOVAY,R. **O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Sistema Financeiro e as micros e pequenas empresas: diagnostico e perspectiva**. Brasília: SEBRAE, 2002.

DAS NEVES, João Carvalho. **Análise Financeira - Técnicas Fundamentais**. Textos Editores, Ltda, 2009.

DOMINGOS, Reinaldo. **Livre-se das dívidas: como equilibrar as contas e sair da inadimplência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2011.

ENFERMAGEM, Conselho Federal. **Resolução nº 242**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FARIA, M. P. C. **Análise de crédito à pequena empresa: um modelo de encorajem baseado nas metodologias estatísticas: análise fatorial e lógica fuzzy.** 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GITMAN, L. J. (2002). **Princípios de administração financeira.** 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira.** 10 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KREUZBERG, F.; DOCKHORN, M.; HEIN, N. **Ranqueamento das instituições financeiras listadas na BM&FBovespa: uma análise pelo método displaced ideal modificado com indicadores econômico-financeiros.** XXIV ENANGRAD, Florianópolis, 2013.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico - financeiro.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças Corporativas e Valor.** São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças Corporativas e Valor.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NABAIS, Carlos. & Francisco. **Práticas Financeiras – Análise Econômica e Financeira.** Lidel Edição Técnicas, Lda, Lisboa – Porto – Coimbra, 2004.

MISHKIN, F.S. **The economics of money, banking, and financial markets.** Pearson education. (2007).

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil.** 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

MOREIRA, J. **Análise financeira de empresas – Da teoria à prática.** 4ª ed. Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto, 2001.

ROCHA, A. C. (1997). **Na selva do calote concedendo e recuperando créditos.** São Paulo: Futura.

OLIVEIRA, G. CORONATO, M. **Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história.** Revista Época. 2016.

PRATES, Terezinha Matilde Licks. **Os conselhos de fiscalização do exercício das profissões e a Lei nº 8.112/90**. In: Revista LTr, São Paulo: Editora LTr, volume 58, nº 6, jun. 1994.

SANTOS, José Ordálio dos; FAMÁ, Rubens. **Avaliação de estratégias para redução do risco de inadimplência em carteiras de crédito bancário e rotativo de pessoas físicas**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v.17, n.42, set/dez, 2006.

SANTOS, Jose O. dos. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, varejo, agronegócio e pecuária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496099/cfi/4!/4/4@0.00:8.69>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

SILVA, Eduardo Sá. **Gestão Financeira – Analise de Fluxos Financeiros**. 5.<sup>a</sup>Ed, Vida Econômica Editorial, AS, 2011.

SOUZA, Cíntia de; OLIVEIRA NETO, Odilon J. de; SILVA, Jussara G. da. **Pesquisa sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil no período (2003-2015)**. Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças, v. 4, 2016. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/rccgf/article/view/1932/1917>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

STEIGER, Gilssomaro André e BRAIDO, Gabriel Machado – **Finanças Pessoais na Adolescência: Conhecimento Financeiro dos Estudantes de Ensino Médio das Escolas Públicas da Comarca de Arroio do Meio/RS**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, V.8, n.3, set/dez. 2016.

TEIXEIRA, Adriano Fernandes; SILVA, Alexandre Ricardo da. **Créditos de difícil recebimento: crédito, cobrança, inadimplência e os seus tratamentos contábeis**. 1 ed. Franca: Facef, 2001.

TRINDADE, Larissa de Lima; et. al. **De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM**. Revista Eletrônica de Porto Alegre. Porto Alegre, v.18, n.3, set/dez, 2012.

# ANEXOS

## Demonstrativos Contábeis exercício de 2011 – COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2011 a Dezembro / 2011

### Balanço Orçamentário

Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES	1.160.671,05	991.071,11	(169.599,94)	DESPESAS CORRENTES	1.179.731,45	956.388,42	(223.343,03)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	805.691,00	596.997,15	(208.693,85)	DESPESAS DE CUSTEIO	839.913,45	825.720,13	(14.193,32)
RECEITA PATRIMONIAL	11.500,00	69.041,16	57.541,16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	339.818,00	130.668,29	(209.149,71)
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	312.465,05	325.032,80	12.567,75				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.015,00	0,00	(31.015,00)				
RECEITAS DE CAPITAL	1.284.110,52	0,00	(1.284.110,52)	DESPESAS DE CAPITAL	1.265.050,12	1.264.740,12	(310,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	2.000,00	1.690,00	(310,00)
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.263.050,12	1.263.050,12	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	1.284.110,52	0,00	(1.284.110,52)				
<b>SUBTOTALS</b>	<b>2.444.781,57</b>	<b>991.071,11</b>	<b>(1.453.710,46)</b>	<b>SUBTOTALS</b>	<b>2.444.781,57</b>	<b>2.221.128,54</b>	<b>(223.653,03)</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>1.230.057,43</b>	<b>1.230.057,43</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>2.444.781,57</b>	<b>2.221.128,54</b>	<b>(223.653,03)</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>2.444.781,57</b>	<b>2.221.128,54</b>	<b>(223.653,03)</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2011

## Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2011 a Dezembro / 2011

### Balanço Financeiro

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	991.071,11	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.221.128,54
RECEITAS CORRENTES	991.071,11	DESPESAS CORRENTES	956.388,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	596.997,15	DESPESAS DE CUSTEIO	825.720,13
RECEITA PATRIMONIAL	69.041,16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130.668,29
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.264.740,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	325.032,80	INVESTIMENTOS	1.690,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.263.050,12
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	21.873,37	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	20.712,03
DEVEDORES DA ENTIDADE	180,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	190,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00
CONSIGNAÇÕES	20.857,40	CONSIGNAÇÕES	20.522,03
CREDORES DA ENTIDADE	835,97	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
Despesas de Pessoal a Pagar	0,00	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.284.514,32	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	55.618,23
BANCOS-C/MOVIMENTO	82.826,79	BANCOS-C/MOVIMENTO	12.169,23
BANCOS-C/ARRECADÇÃO	681,75	BANCOS-C/ARRECADÇÃO	9.713,06
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.201.005,78	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.735,94
<b>Total:</b>	<b>2.297.458,80</b>	<b>Total:</b>	<b>2.297.458,80</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2011

Balço Patrimonial

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	55.628,23	PASSIVO FINANCEIRO	1.575,14
DISPONIVEL	21.882,29	PASSIVO FLUTUANTE	1.575,14
BANCOS-C/MOVIMENTO	12.169,23	CONSIGNAÇÕES	739,17
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	9.713,06	CREDORES DA ENTIDADE	835,97
DISPONIBILIDADE EM TRÁNSITO	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESULTADO PENDENTE	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	33.735,94	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00		
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.735,94		
REALIZÁVEL	10,00		
DEVEDORES DA ENTIDADE	10,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	0,00		
ATIVO PERMANENTE	439.864,41	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	405.687,15	DIVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	225.687,15		
BENS IMÓVEIS	180.000,00		
CREDITOS	34.000,00		
DIVIDA ATIVA	34.000,00		
VALORES	177,26		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	177,26		
ALMOXARIFADOS	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	495.492,64	SOMA DO PASSIVO REAL	1.575,14
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	493.917,50
<b>Total:</b>	<b>495.492,64</b>	<b>Total:</b>	<b>495.492,64</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2011

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	992.761,11	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.221.128,54
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	991.071,11	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.221.128,54
RECEITAS CORRENTES	991.071,11	DESPESAS CORRENTES	956.388,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	596.997,15	DESPESAS DE CUSTEIO	825.720,13
RECEITA PATRIMONIAL	69.041,16	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	130.668,29
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	1.264.740,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	325.032,80	INVESTIMENTOS	1.690,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.263.050,12
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	1.690,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	1.690,00	Cobrança da Dívida Ativa	0,00
Construções ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Móveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imóveis	0,00
Resgate de Empréstimos Tomados	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Diversas	0,00	Recebimento de Créditos	0,00
		Diversas	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Dívida Ativa	0,00	Cancelamento da Dívida Ativa	0,00
Baixa de Bens Móveis	0,00	Encampação de Dívidas Passivas	0,00
Incorporações de Bens	0,00	Restabelecimentos de Dívidas Passivas	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	Administração Indireta	0,00
De Depósitos de Diversos Orígens	0,00	Baixa de Bens Inservíveis	0,00
De Outras Dívidas Passivas	0,00	Baixa P/Regularização	0,00
De Administração Indireta	0,00		
Total das Variações Ativas	992.761,11	Total das Variações Passivas	2.221.128,54
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	1.228.367,43	- Superávit do Exercício	-
<b>Total:</b>	<b>2.221.128,54</b>	<b>Total:</b>	<b>2.221.128,54</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2011

**Demonstrativos Contábeis exercício de 2012 – COREN/AC**

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC  
Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1  
Período: Janeiro / 2012 a Dezembro / 2012

Balanço Orçamentário								
Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITAS CORRENTES	1.823.643,86	1.696.987,19	(126.656,67)	DESPEAS CORRENTES	1.071.366,00	807.347,07	(264.018,93)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	720.351,00	617.435,38	(102.915,62)	DESPEAS DE CUSTEIO	849.801,50	638.364,03	(211.437,47)	
RECEITA PATRIMONIAL	4.100,00	16.264,34	12.164,34	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	221.564,50	168.983,04	(52.581,46)	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.063.277,86	1.063.277,87	0,01					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.915,00	9,60	(35.905,40)					
RECEITAS DE CAPITAL	40.500,00	0,00	(40.500,00)	DESPEAS DE CAPITAL	792.777,86	405.688,00	(387.089,86)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	353.025,34	0,00	(353.025,34)	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	439.752,52	405.688,00	(34.064,52)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	40.500,00	0,00	(40.500,00)					
<b>SUBTOTALS</b>	<b>1.864.143,86</b>	<b>1.696.987,19</b>	<b>(167.156,67)</b>	<b>SUBTOTALS</b>	<b>1.864.143,86</b>	<b>1.213.035,07</b>	<b>(651.108,79)</b>	
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	0,00	483.952,12	483.952,12	
<b>TOTAIS</b>	<b>1.864.143,86</b>	<b>1.696.987,19</b>	<b>(167.156,67)</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>1.864.143,86</b>	<b>1.696.987,19</b>	<b>(167.156,67)</b>	

Rio Branco - AC, 31 de December de 2012

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC  
Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1  
Período: Janeiro / 2012 a Dezembro / 2012

Balanço Financeiro			
Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.696.987,19	DESPEA ORÇAMENTÁRIA	1.213.035,07
RECEITAS CORRENTES	1.696.987,19	DESPEAS CORRENTES	807.347,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	617.435,38	DESPEAS DE CUSTEIO	638.364,03
RECEITA PATRIMONIAL	16.264,34	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	168.983,04
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPEAS DE CAPITAL	405.688,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.063.277,87	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9,60	INVERSÕES FINANCEIRAS	405.688,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	23.118,60	DESPEA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	23.925,42
DEVEDORES DA ENTIDADE	10,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00
CONSIGNAÇÕES	23.089,00	CONSIGNAÇÕES	23.069,85
CREDORES DA ENTIDADE	19,60	CREDORES DA ENTIDADE	855,57
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
Despesas de Pessoal a Pagar	0,00	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	55.618,23	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	538.763,53
BANCOS-C/MOVIMENTO	12.169,23	BANCOS-C/MOVIMENTO	459.455,53
BANCOS-C/ARRECADADO	9.713,06	BANCOS-C/ARRECADADO	1.956,24
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	33.735,94	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	77.351,76
<b>Total:</b>	<b>1.775.724,02</b>	<b>Total:</b>	<b>1.775.724,02</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2012

Balanco Patrimonial

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	538.763,53	PASSIVO FINANCEIRO	758,32
DISPONIVEL	461.411,77	PASSIVO FLUTUANTE	758,32
BANCOS-C/MOVIMENTO	459.455,53	CONSIGNAÇÕES	758,32
BANCOS-C/ARRECADACÃO	1.956,24	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÁNSITO	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESULTADO PENDENTE	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	77.351,76	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00		
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	77.351,76		
REALIZÁVEL	0,00		
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00		
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	0,00		
ATIVO PERMANENTE	439.864,41	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	405.687,15	DIVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	225.687,15		
BENS IMÓVEIS	180.000,00		
CREDITOS	34.000,00		
DIVIDA ATIVA	34.000,00		
VALORES	177,26		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	177,26		
ALMOXARIFADOS	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	978.627,94	SOMA DO PASSIVO REAL	758,32
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	977.869,62
<b>Total:</b>	<b>978.627,94</b>	<b>Total:</b>	<b>978.627,94</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2012

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.696.987,19	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.213.035,07
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.696.987,19	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.213.035,07
RECEITAS CORRENTES	1.696.987,19	DESPESAS CORRENTES	807.347,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	617.435,38	DESPESAS DE CUSTEIO	638.364,03
RECEITA PATRIMONIAL	16.264,34	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	168.983,04
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	405.688,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.063.277,87	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9,60	INVERSÕES FINANCEIRAS	405.688,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	0,00	Cobrança da Divida Ativa	0,00
Construções ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Moveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imoveis	0,00
Resgate de Empréstimos Tomados	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Diversas	0,00	Recebimento de Creditos	0,00
		Diversas	0,00
DEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Divida Ativa	0,00	Cancelamento da Divida Ativa	0,00
Baixa de Bens Moveis	0,00	Encampação de Dividas Passivas	0,00
Incorporações de Bens	0,00	Restabelecimentos de Dividas Passivas	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	Administração Indireta	0,00
De Depósitos de Diversas Origens	0,00	Baixa de Bens Inserviveis	0,00
De Outras Dividas Passivas	0,00	Baixa P/Regularização	0,00
De Administração Indireta	0,00		
Total das Variações Ativas	1.696.987,19	Total das Variações Passivas	1.213.035,07
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	-	- Superavit do Exercício	483.952,12
<b>Total:</b>	<b>1.696.987,19</b>	<b>Total:</b>	<b>1.696.987,19</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2012

**Demonstrativos Contábeis exercício de 2013 – COREN/AC**

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2013 a Dezembro / 2013

Balço Orçamentário								
Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITAS CORRENTES	1.075.831,24	843.671,74	(232.159,50)	DESPESAS CORRENTES	1.358.831,24	997.803,93	(361.027,31)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	736.000,00	585.874,02	(150.125,98)	DESPESAS DE CUSTEIO	1.212.331,24	863.723,85	(348.607,39)	
RECEITA PATRIMONIAL	4.000,00	10.185,98	6.185,98	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	146.500,00	134.080,08	(12.419,92)	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	305.831,24	247.611,74	(58.219,50)					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000,00	0,00	(30.000,00)					
RECEITAS DE CAPITAL	503.000,00	0,00	(503.000,00)	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	215.401,20	(4.598,80)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	220.000,00	215.401,20	(4.598,80)	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	503.000,00	0,00	(503.000,00)					
SUBTOTALS	1.578.831,24	843.671,74	(735.159,50)	SUBTOTALS	1.578.831,24	1.213.205,13	(365.626,11)	
DÉFICIT	0,00	369.533,39	369.533,39	SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	
TOTALS	1.578.831,24	1.213.205,13	(365.626,11)	TOTALS	1.578.831,24	1.213.205,13	(365.626,11)	

Rio Branco - AC, 31 de December de 2013

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN/AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2013 a Dezembro / 2013

Balço Financeiro			
Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	843.671,74	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.213.205,13
RECEITAS CORRENTES	843.671,74	DESPESAS CORRENTES	997.803,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	585.874,02	DESPESAS DE CUSTEIO	863.723,85
RECEITA PATRIMONIAL	10.185,98	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	134.080,08
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	215.401,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	247.611,74	INVESTIMENTOS	215.401,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	26.909,19	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	25.934,17
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00
CONSIGNAÇÕES	23.409,19	CONSIGNAÇÕES	22.434,17
CREDORES DA ENTIDADE	3.500,00	CREDORES DA ENTIDADE	3.500,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
Despesas de Pessoal a Pagar	0,00	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	538.763,53	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	170.205,16
BANCOS-C/MOVIMENTO	459.455,53	BANCOS-C/MOVIMENTO	78.485,39
BANCOS-C/ARRECADAÇÃO	1.956,24	BANCOS-C/ARRECADAÇÃO	12.597,28
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	77.351,76	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	79.122,49
<b>Total:</b>	<b>1.409.344,46</b>	<b>Total:</b>	<b>1.409.344,46</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2013

Balanco Patrimonial

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	170.205,16	PASSIVO FINANCEIRO	1.733,34
DISPONIVEL	91.082,67	PASSIVO FLUTUANTE	1.733,34
BANCOS-C/MOVIMENTO	78.485,39	CONSIGNAÇÕES	1.733,34
BANCOS-C/ARRECAÇÃO	12.597,28	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	ENTIDADES PUBLICAS CREDORAS	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESULTADO PENDENTE	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	79.122,49	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00		
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	79.122,49		
REALIZÁVEL	0,00		
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00		
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	0,00		
ATIVO PERMANENTE	655.265,61	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	621.088,35	DIVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	441.088,35		
BENS IMÓVEIS	180.000,00		
CREDITOS	34.000,00		
DIVIDA ATIVA	34.000,00		
VALORES	177,26		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	177,26		
ALMOXARIFADOS	0,00		
SOMA DO ATIVO REAL	825.470,77	SOMA DO PASSIVO REAL	1.733,34
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	823.737,43
<b>Total:</b>	<b>825.470,77</b>	<b>Total:</b>	<b>825.470,77</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2013

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.048.528,94	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.213.205,13
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	843.671,74	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.213.205,13
RECEITAS CORRENTES	843.671,74	DESPESAS CORRENTES	997.803,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	585.874,02	DESPESAS DE CUSTEIO	863.723,85
RECEITA PATRIMONIAL	10.185,98	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	134.080,08
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	215.401,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	247.611,74	INVESTIMENTOS	215.401,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	204.857,20	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	204.857,20	Cobrança da Divida Ativa	0,00
Construções ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Moveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imoveis	0,00
Resgate de Empréstimos Tomados	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Diversas	0,00	Recebimento de Creditos	0,00
		Diversas	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10.544,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Inscrição da Divida Ativa	10.544,00	Cancelamento da Divida Ativa	0,00
Baixa de Bens Moveis	0,00	Encampação de Dividas Passivas	0,00
Incorporações de Bens	0,00	Restabelecimentos de Dividas Passivas	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	Administração Indireta	0,00
De Depositos de Diversas Origens	0,00	Baixa de Bens Inserviveis	0,00
De Outras Dividas Passivas	0,00	Baixa P/Regularização	0,00
De Administração Indireta	0,00		
Total das Variações Ativas	1.059.072,94	Total das Variações Passivas	1.213.205,13
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício	154.132,19	- Superavit do Exercício	-
<b>Total:</b>	<b>1.213.205,13</b>	<b>Total:</b>	<b>1.213.205,13</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2013

## Demonstrativos Contábeis exercício de 2014 – COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN / AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2014 a Dezembro / 2014

Balço Orçamentário								
Contas	Previsão	Execução	Diferença	Contas	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITAS CORRENTES	1.193.281,04	1.063.016,92	(130.264,12)	DESPESAS CORRENTES	1.278.281,04	1.000.123,56	(278.157,48)	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	821.300,00	767.783,88	(53.516,12)	DESPESAS DE CUSTEIO	1.073.281,04	799.545,29	(273.735,75)	
RECEITA PATRIMONIAL	5.100,00	10.192,67	5.092,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	205.000,00	200.578,27	(4.421,73)	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	333.281,04	284.925,06	(48.355,98)					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.600,00	115,31	(33.484,69)					
RECEITAS DE CAPITAL	85.000,00	0,00	(85.000,00)	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital	85.000,00	0,00	(85.000,00)					
<b>SUBTOTALS</b>	<b>1.278.281,04</b>	<b>1.063.016,92</b>	<b>(215.264,12)</b>	<b>SUBTOTALS</b>	<b>1.278.281,04</b>	<b>1.000.123,56</b>	<b>(278.157,48)</b>	
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	0,00	62.893,36	62.893,36	
<b>TOTAIS</b>	<b>1.278.281,04</b>	<b>1.063.016,92</b>	<b>(215.264,12)</b>	<b>TOTAIS</b>	<b>1.278.281,04</b>	<b>1.063.016,92</b>	<b>(215.264,12)</b>	

Rio Branco - AC, 31 de December de 2014

Conselho Regional de Enfermagem do Acre - COREN / AC

Siscontw - v. 2.0.52.00

Página : 1

Período: Janeiro / 2014 a Dezembro / 2014

Balço Financeiro			
Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.063.016,92	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.000.123,56
RECEITAS CORRENTES	1.063.016,92	DESPESAS CORRENTES	1.000.123,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	767.783,88	DESPESAS DE CUSTEIO	799.545,29
RECEITA PATRIMONIAL	10.192,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200.578,27
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	284.925,06	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115,31	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	31.068,24	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	31.046,92
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00	DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	388,09
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00
CONSIGNAÇÕES	31.068,24	CONSIGNAÇÕES	30.658,83
CREDORES DA ENTIDADE	0,00	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	0,00
Despesas de Pessoal a Pagar	0,00	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	170.205,16	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	233.119,84
BANCOS-C/MOVIMENTO	78.485,39	BANCOS-C/MOVIMENTO	23.746,02
BANCOS-C/ARRECADADO	12.597,28	BANCOS-C/ARRECADADO	28.665,69
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	79.122,49	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	180.708,13
<b>Total:</b>	<b>1.264.290,32</b>	<b>Total:</b>	<b>1.264.290,32</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2014

Balanco Patrimonial

Ativo		Passivo	
ATIVO FINANCEIRO	233.507,93	PASSIVO FINANCEIRO	2.142,75
DISPONIVEL	52.411,71	PASSIVO FLUTUANTE	2.142,75
BANCOS-C/MOVIMENTO	23.746,02	CONSIGNAÇÕES	2.142,75
BANCOS-C/ARRECADAÇÃO	28.665,69	CREDORES DA ENTIDADE	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	ENTIDADES PUBLICAS CREDORAS	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	RESULTADO PENDENTE	0,00
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	180.708,13	Despesas de Pessoal a Pagar	0,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00		
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES FINANCEIRAS	180.708,13		
REALIZÁVEL	388,09		
DEVEDORES DA ENTIDADE	0,00		
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	388,09		
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	0,00		
RESULTADO PENDENTE	0,00		
ATIVO PERMANENTE	690.405,11	PASSIVO PERMANENTE	0,00
BENS PATRIMONIAIS	621.088,35	DIVIDA FUNDADA	0,00
BENS MÓVEIS	441.088,35		
BENS IMÓVEIS	180.000,00		
CREDITOS	34.000,00		
DIVIDA ATIVA	34.000,00		
VALORES	35.316,76		
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	177,26		
ALMOXARIFADOS	35.139,50		
SOMA DO ATIVO REAL	923.913,04	SOMA DO PASSIVO REAL	2.142,75
SALDO PATRIMONIAL		SALDO PATRIMONIAL	
PATRIMONIO (Passivo Real a Descoberto)		PATRIMONIO (Ativo Real Líquido)	921.770,29
<b>Total:</b>	<b>923.913,04</b>	<b>Total:</b>	<b>923.913,04</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2014

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Variações Ativas		Variações Passivas	
RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.108.686,70	RESULTANTES EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.000.123,56
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.063.016,92	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.000.123,56
RECEITAS CORRENTES	1.063.016,92	DESPESAS CORRENTES	1.000.123,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	767.783,88	DESPESAS DE CUSTEIO	799.545,29
RECEITA PATRIMONIAL	10.192,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200.578,27
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	284.925,06	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115,31	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	45.669,78	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
Aquisição de Bens Móveis	0,00	Cobrança da Divida Ativa	0,00
Construções ou Aquisição de Bens Imóveis	0,00	Alienação de Bens Moveis	0,00
Aquisição de Títulos e Valores	0,00	Alienação de Bens Imoveis	0,00
Resgate de Empréstimos Tomados	0,00	Alienação de Títulos e Valores	0,00
Empréstimos Concedidos	0,00	Empréstimos Tomados	0,00
Material de Almojarifado	45.669,78	Recebimento de Creditos	0,00
		Diversas	0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10.530,28
Inscrição da Divida Ativa	0,00	Cancelamento da Divida Ativa	0,00
Baixa de Bens Moveis	0,00	Encampação de Dividas Passivas	0,00
Incorporações de Bens	0,00	Restabelecimentos de Dividas Passivas	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	Administração Indireta	0,00
De Depósitos de Diversas Origens	0,00	Baixa de Bens Inserveveis	0,00
De Outras Dividas Passivas	0,00	Baixa P/Regularização	0,00
De Administração Indireta	0,00	Material de Almojarifado	10.530,28
Total das Variações Ativas	1.108.686,70	Total das Variações Passivas	1.010.653,84
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
- Déficit do Exercício		- Superavit do Exercício	98.032,86
<b>Total:</b>	<b>1.108.686,70</b>	<b>Total:</b>	<b>1.108.686,70</b>

Rio Branco - AC, 31 de December de 2014

## Demonstrativos Contábeis exercício de 2015 – COREN/AC

COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre

CNPJ: 84.318.799/0001-59

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

### Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	890.000,00	1.016.346,51	831.677,33	-184.669,18
RECETAS DE CONTRIBUIÇÕES	890.000,00	890.000,00	755.486,58	-134.513,42
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	890.000,00	890.000,00	755.486,58	-134.513,42
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	890.000,00	890.000,00	755.486,58	-134.513,42
RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	12.619,47	12.619,47
RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	12.619,47	12.619,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	126.346,51	63.318,36	-63.028,15
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	126.346,51	63.318,36	-63.028,15
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	0,00	126.346,51	63.318,36	-63.028,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	252,92	252,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	252,92	252,92
INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	137,72	137,72
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	115,20	115,20
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>890.000,00</b>	<b>1.016.346,51</b>	<b>831.677,33</b>	<b>-184.669,18</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>148.393,83</b>	<b>164.044,11</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>890.000,00</b>	<b>1.164.740,34</b>	<b>995.721,44</b>	<b>-20.625,07</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>148.393,83</b>	<b>148.393,83</b>	<b>0,00</b>
<b>DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE</b>	<b>0,00</b>	<b>148.393,83</b>	<b>148.393,83</b>	<b>148.393,83</b>

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
<b>SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>0,00</b>	<b>148.393,83</b>	<b>148.393,83</b>	<b>148.393,83</b>		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	890.000,00	1.164.740,34	995.721,44	995.721,44	979.456,32	169.018,90
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	317.300,00	363.190,00	331.099,04	331.099,04	319.004,68	32.090,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	317.300,00	363.190,00	331.099,04	331.099,04	319.004,68	32.090,96
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	225.300,00	269.900,00	255.054,28	255.054,28	255.054,28	14.845,72
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.500,00	3.390,00	2.554,42	2.554,42	2.092,91	835,58
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	89.500,00	89.900,00	73.490,34	73.490,34	61.857,49	16.409,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	572.700,00	801.550,34	664.622,40	664.622,40	660.451,64	136.927,94
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	222.500,00	222.500,00	187.317,97	187.317,97	187.317,97	35.182,03
CONTRIBUIÇÕES	222.500,00	222.500,00	187.317,97	187.317,97	187.317,97	35.182,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	350.200,00	579.050,34	477.304,43	477.304,43	473.133,67	101.745,91
DIÁRIAS	29.000,00	63.000,00	62.740,44	62.740,44	62.740,44	259,56
MATERIAL DE CONSUMO	98.500,00	70.600,00	58.127,56	58.127,56	58.127,56	12.472,44
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	155.100,00	171.500,00	148.051,41	148.051,41	145.530,65	23.448,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	67.600,00	273.950,34	208.385,02	208.385,02	206.735,02	65.565,32
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>890.000,00</b>	<b>1.164.740,34</b>	<b>995.721,44</b>	<b>995.721,44</b>	<b>979.456,32</b>	<b>169.018,90</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>890.000,00</b>	<b>1.164.740,34</b>	<b>995.721,44</b>	<b>995.721,44</b>	<b>979.456,32</b>	<b>169.018,90</b>
<b>TOTAL</b>	<b>890.000,00</b>	<b>1.164.740,34</b>	<b>995.721,44</b>	<b>995.721,44</b>	<b>979.456,32</b>	<b>169.018,90</b>

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2015

# COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre

CNPJ: 84.318.799/0001-59

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

## Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	831.677,33		Despesa Orçamentária	995.721,44	
RECEITA REALIZADA	831.677,33		CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	995.721,44	
RECEITA CORRENTE	831.677,33		CRÉD.EMP. LIQUIDADO A PAGAR - DESPESAS CORRENTES	995.721,44	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	755.486,58		VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	331.099,04	
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONOMICAS	755.486,58		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	331.099,04	
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	755.486,58		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	255.054,28	
RECEITAS PATRIMONIAIS	12.619,47		OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.554,42	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.619,47		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	73.490,34	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.318,36		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	664.622,40	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	63.318,36		TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	187.317,97	
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	63.318,36		CONTRIBUIÇÕES	187.317,97	
PLATEC - RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	13.318,36		OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	477.304,43	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	50.000,00		DIÁRIAS	62.740,44	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252,92		MATERIAL DE CONSUMO	58.127,56	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	252,92		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	148.051,41	
INDENIZAÇÕES	137,72		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	208.385,02	
RESTITUIÇÕES	115,20		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.502.905,56		Pagamentos Extraorçamentários	1.482.468,37	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	233.119,84		Saldo em espécie do Exercício Seguinte	89.512,92	
<b>Total:</b>	<b>2.567.702,73</b>			<b>2.567.702,73</b>	

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2015

COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre

CNPJ: 84.318.799/0001-59

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>142.133,50</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>22.579,94</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	89.512,92	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.660,13
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	388,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.265,12
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.654,69
ESTOQUES	52.232,49	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>596.153,84</b>	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.000,00	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	34.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	1.177,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	177,26	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	561.976,58	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	379.228,58	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
BENS IMÓVEIS	182.748,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.579,94</b>

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Resultados Acumulados	715.707,40
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>715.707,40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>738.287,34</b>	<b>TOTAL</b>	<b>738.287,34</b>

ATIVO FINANCEIRO	89.901,01	PASSIVO FINANCEIRO	22.579,94
ATIVO PERMANENTE	648.386,33	PASSIVO PERMANENTE	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>715.707,40</b>

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Saldo do Atos Potenciais Ativos</b>		<b>Saldo do Atos Potenciais Passivos</b>	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	67.321,07	231.365,18

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2015

## Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIação PATRIMONIAL AUMENTATIVA	831.677,33	0,00	VARIação PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.037.740,22	0,00
CONTRIBUIÇÕES	755.486,58	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	331.099,04	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	755.486,58	0,00	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	255.054,28	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	755.486,58	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	255.054,28	0,00
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.619,47	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	72.152,58	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.619,47	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	2.554,42	0,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.619,47	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	18.909,39	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	63.318,36	0,00	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	50.688,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	63.318,36	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	3.892,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	63.318,36	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	3.892,18	0,00
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	252,92	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	251.826,42	0,00
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	252,92	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	41.034,57	0,00
INDENIZAÇÕES	252,92	0,00	MATERIAL DE CONSUMO	41.034,57	0,00
			SERVÍCIOS	210.791,85	0,00
			DIÁRIAS	62.740,44	0,00
			SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	148.051,41	0,00
			VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.381,95	0,00
			OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	1.381,95	0,00
			OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.381,95	0,00
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	187.317,97	0,00
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGVERNAMENTAIS	187.317,97	0,00
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	187.317,97	0,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	59.111,77	0,00
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	59.111,77	0,00
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	59.111,77	0,00
			OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207.003,07	0,00
			DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207.003,07	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	207.003,07	0,00
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>831.677,33</b>	<b>0,00</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>1.037.740,22</b>	<b>0,00</b>
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
Déficit do Exercício	206.062,89	0,00	Superávit do Exercício		
<b>Total</b>	<b>1.037.740,22</b>	<b>0,00</b>	<b>Total</b>	<b>1.037.740,22</b>	<b>0,00</b>

Rio Branco-AC, 31 de dezembro de 2015

## Demonstrativos Contábeis exercício de 2016 – COREN/AC

COREN/AC

Conselho Regional de Enfermagem do Acre  
CNPJ: 84.318.799/0001-59



Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.035.500,00	1.223.663,49	1.068.690,55	-154.972,94
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.028.000,00	1.028.000,00	745.399,86	-282.600,14
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	1.028.000,00	1.028.000,00	745.399,86	-282.600,14
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	1.028.000,00	1.028.000,00	745.399,86	-282.600,14
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.500,00	7.500,00	10.698,44	3.198,44
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.500,00	7.500,00	10.698,44	3.198,44
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	57.342,69	57.342,69
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	0,00	340,13	340,13
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	57.002,56	57.002,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	188.163,49	176.722,04	-11.441,45
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	188.163,49	176.722,04	-11.441,45
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	0,00	188.163,49	176.722,04	-11.441,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	78.527,52	78.527,52
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	53.179,73	53.179,73
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	20.694,22	20.694,22
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	32.485,51	32.485,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	25.347,79	25.347,79
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	25.347,79	25.347,79
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

COREN/AC

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.035.500,00</b>	<b>1.223.663,49</b>	<b>1.068.690,55</b>	<b>-154.972,94</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.035.500,00</b>	<b>1.223.663,49</b>	<b>1.068.690,55</b>	<b>-154.972,94</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	1.035.500,00	1.223.663,49	1.068.439,73	1.068.439,73	1.040.409,56	155.223,76
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	287.600,00	386.400,00	353.712,99	353.712,99	353.712,99	32.687,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	287.600,00	386.400,00	353.712,99	353.712,99	353.712,99	32.687,01
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	232.100,00	294.500,00	268.950,81	268.950,81	268.950,81	25.549,19
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00	2.750,00	2.687,04	2.687,04	2.687,04	62,96
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	52.500,00	89.150,00	82.075,14	82.075,14	82.075,14	7.074,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	747.900,00	837.263,49	714.726,74	714.726,74	686.696,57	122.536,75
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	257.000,00	257.000,00	214.002,73	214.002,73	214.002,73	42.997,27
CONTRIBUIÇÕES	257.000,00	257.000,00	214.002,73	214.002,73	214.002,73	42.997,27
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	490.900,00	580.263,49	500.724,01	500.724,01	472.693,84	79.539,48
DIÁRIAS	76.000,00	37.200,00	25.768,80	25.768,80	25.768,80	11.431,20
MATERIAL DE CONSUMO	119.500,00	71.325,00	35.326,98	35.326,98	35.326,98	35.998,02
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	165.900,00	204.260,00	179.395,85	179.395,85	151.365,68	24.864,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	125.500,00	267.478,49	260.232,38	260.232,38	260.232,38	7.246,11
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.035.500,00</b>	<b>1.223.663,49</b>	<b>1.068.439,73</b>	<b>1.068.439,73</b>	<b>1.040.409,56</b>	<b>155.223,76</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>250,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-250,82</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.035.500,00</b>	<b>1.223.663,49</b>	<b>1.068.690,55</b>	<b>1.068.439,73</b>	<b>1.040.409,56</b>	<b>154.972,94</b>

Impresso em: 18/05/2020 15:41

Página:2/2

## Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.068.690,55	831.677,33	Despesa Orçamentária	1.068.439,73	995.721,44
RECEITA REALIZADA	1.068.690,55	831.677,33	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	28.030,17	16.265,12
RECEITA CORRENTE	1.068.690,55	831.677,33	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	1.040.409,56	979.456,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	745.399,86	755.486,58	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	1.040.409,56	979.456,32
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	745.399,86	755.486,58	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	353.712,99	319.004,68
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	745.399,86	755.486,58	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	353.712,99	319.004,68
RECEITAS PATRIMONIAIS	10.698,44	12.619,47	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	268.950,81	255.054,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.698,44	12.619,47	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.687,04	2.092,91
RECEITAS DE SERVIÇOS	57.342,69		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	82.075,14	61.857,49
SERVIÇOS FINANCEIROS	340,13		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	686.696,57	660.451,64
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	57.002,56		TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	214.002,73	187.317,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	176.722,04	63.318,36	CONTRIBUIÇÕES	214.002,73	187.317,97
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	176.722,04	63.318,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	472.693,84	473.133,67
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	176.722,04	63.318,36	DIÁRIAS	25.768,00	62.740,44
PLATEC - RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	116.817,07	13.318,36	MATERIAL DE CONSUMO	35.326,98	58.127,56
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.904,97	50.000,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	151.365,68	145.530,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.527,52	252,92	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	260.232,38	206.735,02

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA	53.179,73				
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	20.694,22				
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	32.485,51				
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		252,92			
INDENIZAÇÕES		137,72			
RESTITUIÇÕES		115,20			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	25.347,79				
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	25.347,79				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	73.327,61	353.761,25	Pagamentos Extraorçamentários	67.877,38	333.324,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	28.030,17	16.265,12	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	16.265,12	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	45.297,44	337.496,13	Outros Pagamentos Extraorçamentários	51.612,26	333.324,06
Saldo em espécie do Exercício Anterior	89.512,92	233.119,84	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	95.213,97	89.512,92
Caixa e Equivalente de Caixa	89.512,92	233.119,84	Caixa e Equivalente de Caixa	95.213,97	89.512,92
Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados			Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>1.231.531,08</b>	<b>1.418.558,42</b>		<b>1.231.531,08</b>	<b>1.418.558,42</b>

## Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>140.694,32</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>28.030,17</b>
CADIA E EQUIVALENTES DE CADIA	95.213,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	388,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	28.030,17
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	45.092,26	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>440.587,39</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	34.000,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	177,26	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	177,26	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	406.410,13	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
BENS MÓVEIS	374.777,55	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	182.748,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	151.115,42	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>28.030,17</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	553.251,54
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>553.251,54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>581.281,71</b>	<b>TOTAL</b>	<b>581.281,71</b>
ATIVO FINANCEIRO	95.602,06	PASSIVO FINANCEIRO	16.265,12
ATIVO PERMANENTE	485.679,65	PASSIVO PERMANENTE	44.295,25
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>553.251,54</b>
Compensações			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>
<b>Saldo do Atos Potenciais Ativos</b>		<b>Saldo do Atos Potenciais Passivos</b>	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro			
		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Superávit Financeiro		79.336,94	83.586,19

## Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.068.690,55	831.677,33	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.231.146,41	1.037.740,22
CONTRIBUIÇÕES	801.230,67	755.486,58	PESSOAL E ENCARGOS	353.712,99	331.099,04
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	801.230,67	755.486,58	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	268.950,81	255.054,28
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	801.230,67	755.486,58	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	268.950,81	255.054,28
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	57.002,56	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	79.271,52	72.152,58
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	57.002,56	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	2.687,04	2.554,42
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	57.002,56	0,00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	21.516,00	18.909,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	33.735,28	12.619,47	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	55.068,48	50.688,77
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	340,13	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.490,66	3.892,18
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	340,13	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	5.490,66	3.892,18
JUROS E ENCARGOS DE MORA	22.696,71	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	403.198,31	251.826,42
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	22.696,71	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	42.467,21	41.034,57
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.698,44	12.619,47	MATERIAL DE CONSUMO	42.467,21	41.034,57
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.698,44	12.619,47	SERVÍCIOS	205.164,65	210.791,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	176.722,04	63.318,36	DIÁRIAS	25.768,80	62.740,44
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	176.722,04	63.318,36	SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	179.395,85	148.051,41
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	176.722,04	63.318,36	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	155.566,45	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	DEPRECIÇÃO	155.566,45	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	0,00	VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.381,95
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	252,92	OUTRAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	1.381,95
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	252,92	OUTRAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.381,95
INDENIZAÇÕES	0,00	252,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	214.002,73	187.317,97
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	214.002,73	187.317,97
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	214.002,73	187.317,97
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	59.111,77
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	59.111,77
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS	0,00	59.111,77

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/2

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			OUTRAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	260.232,38	207.003,07
			DIVERSAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	260.232,38	207.003,07
			VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	260.232,38	207.003,07
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>1.068.690,55</b>	<b>831.677,33</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>1.231.146,41</b>	<b>1.037.740,22</b>
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
<b>Déficit do Exercício</b>	<b>162.455,86</b>	<b>206.062,89</b>	<b>Superávit do Exercício</b>		
<b>Total</b>	<b>1.231.146,41</b>	<b>1.037.740,22</b>	<b>Total</b>	<b>1.231.146,41</b>	<b>1.037.740,22</b>

## Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	956.000,00	1.416.455,90	1.437.921,97	21.466,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	874.000,00	1.085.000,00	923.445,10	-161.554,90
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	874.000,00	1.085.000,00	923.445,10	-161.554,90
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	874.000,00	1.085.000,00	923.445,10	-161.554,90
RECEITAS PATRIMONIAIS	16.000,00	16.000,00	14.797,56	-1.202,44
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.000,00	16.000,00	14.797,56	-1.202,44
RECEITAS DE SERVIÇOS	15.000,00	69.000,00	123.901,83	54.901,83
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	15.000,00	69.000,00	123.901,83	54.901,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	180.455,90	163.495,35	-16.960,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	180.455,90	163.495,35	-16.960,55
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	0,00	180.455,90	163.495,35	-16.960,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.000,00	66.000,00	212.282,13	146.282,13
MULTAS E JUROS DE MORA	36.000,00	51.000,00	127.624,13	76.624,13
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	63.039,61	33.039,61
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	6.000,00	21.000,00	63.942,38	42.942,38
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	642,14	642,14
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.000,00	15.000,00	84.658,00	69.658,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	84.658,00	69.658,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	23.828,00	23.828,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	23.828,00	23.828,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>956.000,00</b>	<b>1.416.455,90</b>	<b>1.461.749,97</b>	<b>45.294,07</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>956.000,00</b>	<b>1.416.455,90</b>	<b>1.461.749,97</b>	<b>45.294,07</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	956.000,00	1.416.455,90	1.258.172,59	1.258.172,59	1.245.404,58	158.283,31
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	956.000,00	1.416.455,90	1.258.172,59	1.258.172,59	1.245.404,58	158.283,31
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	335.700,00	385.300,00	359.298,43	359.298,43	359.298,43	26.001,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	335.700,00	385.300,00	359.298,43	359.298,43	359.298,43	26.001,57
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	258.500,00	297.500,00	279.924,87	279.924,87	279.924,87	17.575,13
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.500,00	3.600,00	2.720,49	2.720,49	2.720,49	879,51
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	74.700,00	84.200,00	76.653,07	76.653,07	76.653,07	7.546,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	620.300,00	1.031.155,90	898.874,16	898.874,16	886.106,15	132.281,74
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	239.000,00	333.000,00	332.955,54	332.955,54	332.955,54	44,46
CONTRIBUIÇÕES	239.000,00	333.000,00	332.955,54	332.955,54	332.955,54	44,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	381.300,00	698.155,90	565.918,62	565.918,62	553.150,61	132.237,28
DIÁRIAS	35.000,00	63.540,00	46.670,40	46.670,40	46.670,40	16.869,60
MATERIAL DE CONSUMO	55.150,00	53.000,00	16.668,75	16.668,75	16.668,75	36.331,25
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	158.650,00	221.817,00	179.922,46	179.922,46	177.810,45	41.894,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	132.000,00	353.298,90	322.657,01	322.657,01	312.001,01	30.641,89
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>956.000,00</b>	<b>1.416.455,90</b>	<b>1.258.172,59</b>	<b>1.258.172,59</b>	<b>1.245.404,58</b>	<b>158.283,31</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>203.577,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-203.577,38</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
<b>TOTAL</b>	<b>956.000,00</b>	<b>1.416.455,90</b>	<b>1.461.749,97</b>	<b>1.258.172,59</b>	<b>1.245.404,58</b>	<b>-45.294,07</b>

## Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.461.749,97	1.068.690,55	Despesa Orçamentária	1.258.172,59	1.068.439,73
RECEITA REALIZADA	1.461.749,97	1.068.690,55	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	12.768,01	28.030,17
RECEITA CORRENTE	1.437.921,97	1.068.690,55	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	1.245.404,58	1.040.409,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	923.445,10	745.399,86	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	1.245.404,58	1.040.409,56
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONOMICAS	923.445,10	745.399,86	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	359.298,43	353.712,99
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	923.445,10	745.399,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	359.298,43	353.712,99
RECEITAS PATRIMONIAIS	14.797,56	10.698,44	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	279.924,87	268.950,81
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	14.797,56	10.698,44	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.720,49	2.687,04
RECEITAS DE SERVIÇOS	123.901,83	57.342,69	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	76.653,07	82.075,14
SERVIÇOS FINANCEIROS		340,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	886.106,15	686.696,57
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	123.901,83	57.002,56	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	332.955,54	214.002,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	163.495,35	176.722,04	CONTRIBUIÇÕES	332.955,54	214.002,73
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	163.495,35	176.722,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	553.150,61	472.693,84
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	163.495,35	176.722,04	DIÁRIAS	46.670,40	25.768,80
PLATEC - RESOLUÇÃO COFEN 343/2009	163.495,35	116.817,07	MATERIAL DE CONSUMO	16.668,75	35.326,98
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		59.904,97	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	177.810,45	151.365,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	212.282,13	78.527,52	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	312.001,01	260.232,38

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA	127.624,13	53.179,73			
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	63.039,61	20.694,22			
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	63.942,38	32.485,51			
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	642,14				
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	84.658,00	25.347,79			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	84.658,00	25.347,79			
RECEITA DE CAPITAL	23.828,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	23.828,00				
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	64.230,29	73.327,61	Pagamentos Extraorçamentários	81.906,95	67.877,38
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	12.768,01	28.030,17	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	28.030,17	16.265,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	51.462,28	45.297,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	53.876,78	51.612,26
Saldo em espécie do Exercício Anterior	95.213,97	89.512,92	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	281.114,69	95.213,97
Caixa e Equivalente de Caixa	95.213,97	89.512,92	Caixa e Equivalente de Caixa	281.114,69	95.213,97
Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados			Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>1.621.194,23</b>	<b>1.231.531,08</b>		<b>1.621.194,23</b>	<b>1.231.531,08</b>

## Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>313.381,99</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.768,01</b>
CADA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.114,69	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.802,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.768,01
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	29.464,71	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>308.785,69</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	34.000,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	177,26	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	177,26	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	274.608,43	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
BENS MÓVEIS	325.093,96	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	180.000,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	230.485,53	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.768,01</b>

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	609.399,67
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>609.399,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>622.167,68</b>	<b>TOTAL</b>	<b>622.167,68</b>
ATIVO FINANCEIRO	283.917,28	PASSIVO FINANCEIRO	42.183,28
ATIVO PERMANENTE	338.250,40	PASSIVO PERMANENTE	54.951,29
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>609.399,67</b>

## Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	241.734,00	79.336,94



## Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE	1.365.000,00	1.456.275,20	1.413.868,75	-42.406,45		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.117.500,00	1.117.500,00	979.504,28	-137.995,72		
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	1.117.500,00	1.117.500,00	979.504,28	-137.995,72		
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	1.117.500,00	1.117.500,00	978.864,20	-138.635,80		
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	0,00	0,00	640,08	640,08		
RECEITAS PATRIMONIAIS	15.000,00	15.000,00	16.542,03	1.542,03		
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	15.000,00	15.000,00	16.542,03	1.542,03		
RECEITAS DE SERVIÇOS	104.500,00	104.500,00	128.494,84	23.994,84		
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	104.500,00	104.500,00	128.494,84	23.994,84		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	91.275,20	75.115,96	-16.159,24		
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	91.275,20	75.115,96	-16.159,24		
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN	0,00	91.275,20	75.115,96	-16.159,24		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	128.000,00	128.000,00	214.211,64	86.211,64		
MULTAS E JUROS DE MORA	44.000,00	44.000,00	158.560,47	114.560,47		
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	44.000,00	44.000,00	93.405,39	49.405,39		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	65.155,08	65.155,08		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.350,00	1.350,00		
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	1.350,00	1.350,00		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	84.000,00	84.000,00	54.301,17	-29.698,83		
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>SALDO</b>		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	84.000,00	84.000,00	54.301,17	-29.698,83		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>1.365.000,00</b>	<b>1.456.275,20</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>-42.406,45</b>		
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.000,00</b>	<b>1.456.275,20</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>-42.406,45</b>		
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>SALDO DOTAÇÃO</b>
CRÉDITO DISPONÍVEL	1.365.000,00	1.456.275,20	1.370.056,69	1.370.056,69	1.364.830,94	86.218,51
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	1.282.000,00	1.373.275,20	1.326.556,69	1.326.556,69	1.321.330,94	46.718,51
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	446.250,00	393.217,00	378.705,45	378.705,45	378.651,25	14.511,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	446.250,00	393.217,00	378.705,45	378.705,45	378.651,25	14.511,55
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	333.150,00	298.431,00	287.794,48	287.794,48	287.794,48	10.636,52
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.100,00	5.870,00	2.888,07	2.888,07	2.888,07	2.981,93
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	109.000,00	88.916,00	88.022,90	88.022,90	87.968,70	893,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	835.750,00	980.058,20	947.851,24	947.851,24	942.679,69	32.206,96
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	337.500,00	337.500,00	330.116,31	330.116,31	330.116,31	7.383,69
CONTRIBUIÇÕES	337.500,00	337.500,00	330.116,31	330.116,31	330.116,31	7.383,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	498.250,00	642.558,20	617.734,93	617.734,93	612.563,38	24.823,27
DIÁRIAS	54.000,00	81.284,00	74.520,00	74.520,00	74.520,00	6.764,00
MATERIAL DE CONSUMO	62.650,00	35.011,24	33.212,87	33.212,87	33.212,87	1.798,37
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	219.000,00	190.011,76	174.552,45	174.552,45	169.380,90	15.459,31
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	152.500,00	336.251,20	335.449,61	335.449,61	335.449,61	801,59
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	63.000,00	63.000,00	43.500,00	43.500,00	43.500,00	19.500,00
INVESTIMENTOS	63.000,00	63.000,00	43.500,00	43.500,00	43.500,00	19.500,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	63.000,00	63.000,00	43.500,00	43.500,00	43.500,00	19.500,00
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>SALDO DOTAÇÃO</b>
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.000,00	63.000,00	43.500,00	43.500,00	43.500,00	19.500,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.365.000,00</b>	<b>1.456.275,20</b>	<b>1.370.056,69</b>	<b>1.370.056,69</b>	<b>1.364.830,94</b>	<b>86.218,51</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>43.812,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-43.812,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.000,00</b>	<b>1.456.275,20</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>1.370.056,69</b>	<b>1.364.830,94</b>	<b>42.406,45</b>

## Balço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>337.694,84</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.225,75</b>
CADA E EQUIVALENTES DE CADA	317.384,49	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.802,59	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.225,75
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	17.507,76	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>326.904,95</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	34.000,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	34.000,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	177,26	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	177,26	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
IMOBILIZADO	292.727,69	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	368.593,96	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	180.000,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	255.866,27		0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.225,75</b>
		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	659.374,04
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>659.374,04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>664.599,79</b>	<b>TOTAL</b>	<b>664.599,79</b>
ATIVO FINANCEIRO	320.187,08	PASSIVO FINANCEIRO	5.225,75
ATIVO PERMANENTE	344.412,71	PASSIVO PERMANENTE	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>659.374,04</b>
<b>Compensações</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>
<b>Saldo do Atos Potenciais Ativos</b>		<b>Saldo do Atos Potenciais Passivos</b>	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>Quadro do Superávit/Déficit Financeiro</b>			
		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Superávit Financeiro		314.961,33	241.734,00

## Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL ALIMENTATIVA	1.413.868,75	1.575.539,97	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.363.894,38	1.519.391,84
CONTRIBUIÇÕES	1.033.805,45	1.015.683,64	PESSOAL E ENCARGOS	378.705,45	359.298,43
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	1.033.805,45	1.015.683,64	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	287.794,48	279.924,87
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.033.805,45	1.015.683,64	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	287.794,48	279.924,87
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	128.494,84	123.901,83	ENCARGOS PATRONAIS	85.568,81	73.257,11
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	128.494,84	123.901,83	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	2.888,07	2.720,49
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	128.494,84	123.901,83	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	22.865,65	21.808,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS FINANCEIRAS	175.102,50	134.199,01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	59.815,09	48.727,96
JUROS E ENCARGOS DE MORA	158.560,47	119.401,45	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.342,16	6.116,45
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	158.560,47	119.401,45	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	5.342,16	6.116,45
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16.542,03	14.797,56	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	319.686,41	454.782,23
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16.542,03	14.797,56	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	45.233,22	32.296,30
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	75.115,96	163.495,35	MATERIAL DE CONSUMO	45.233,22	32.296,30
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	75.115,96	163.495,35	SERVÍCIOS	249.072,45	226.592,86
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	75.115,96	163.495,35	DIÁRIAS	74.520,00	46.670,40
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	137.618,00	SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	174.552,45	179.922,46
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	23.828,00	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	25.380,74	195.893,07
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	23.828,00	DEPRECIACÃO	25.380,74	195.893,07
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	113.790,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	330.116,31	332.955,54
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	113.790,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGVERNAMENTAIS	330.116,31	332.955,54
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	1.350,00	642,14	TRANSFERÊNCIAS INTRAGVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	330.116,31	332.955,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ALIMENTATIVAS	1.350,00	642,14	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	49.698,63
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	642,14	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	49.698,63
INDENIZAÇÕES	1.350,00	0,00	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	49.698,63
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	335.386,21	322.657,01
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	335.386,21	322.657,01
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	335.386,21	322.657,01
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>1.575.539,97</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>1.363.894,38</b>	<b>1.519.391,84</b>
<b>Déficit do Exercício</b>			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>49.974,37</b>	<b>56.148,13</b>
<b>Total</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>1.575.539,97</b>	<b>Total</b>	<b>1.413.868,75</b>	<b>1.575.539,97</b>